



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIENCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE CIENCIAS DA EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**DRUCILA PATRICIA DE OLIVEIRA SANTIS DA LUZ**

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA  
REGIÃO NORTE DO BRASIL**

**MARABÁ-PA**

**2019**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

---

**Biblioteca Setorial Josineide da Silva Tavares**

Luz, Drucila Patricia de Oliveira Santis da

Uma análise da produção científica sobre educação especial na região Norte do Brasil / Drucila Patricia de Oliveira Santis da Luz ; orientadora, Hildete Pereira dos Anjos. — Marabá : [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Ciências da Educação, Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, 2019.

1. Educação especial. 2. Pesquisa. 3. Inclusão escolar. 4. Educação inclusiva. I. Anjos, Hildete Pereira dos, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.: 371.9

**DRUCILA PATRICIA DE OLIVEIRA SANTIS DA LUZ**

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA  
REGIÃO NORTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências da Educação (ICH/UNIFESSPA), como requisito parcial e obrigatório para a obtenção da graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hildete Pereira dos Anjos.

**MARABÁ-PA**

**2019**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

Biblioteca Josineide da Silva Tavares da UNIFESSPA, Marabá, PA

---

---

Elaborado por  
Bibliotecária-Documentalista

**DRUCILA PATRICIA DE OLIVEIRA SANTIS DA LUZ**

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA  
REGIÃO NORTE DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia, Faculdade de Ciências da Educação (ICH/UNIFESSPA), como requisito parcial e obrigatório para a obtenção da graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Hildete Pereira dos Anjos.

Defesa pública em 16 de março de 2019

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Hildete Pereira dos Anjos  
(FACED/ICH/Unifesspa)  
Presidente

---

Prof. Me. Walber Christiano Lima da Costa  
FACED/ICH/Unifesspa  
Membro interno

---

Profa. Dra. Kátia Regina da Silva  
FAMAT/ICE/Unifesspa  
Membro externo

**MARABÁ-PARÁ  
2019**

## **DEDICATÓRIA**

Aos meus filhos Asafe e Arthur, grandes colaboradores e incentivadores;

À minha vó, primeira incentivadora e maior colaboradora. Obrigada por me ensinar o caminho.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, autor da vida;

À minha vó Luíza, minha mãe Arlete, minhas irmãs Priscila e Paloma, desde sempre vocês são a melhor torcida;

Aos meus filhos Asafe e Arthur, ao meu marido Esmeraldo por compreenderem os momentos de ausência;

À minha amiga Maria Edna por cuidar dos meus filhos nos dias de aula, seu incentivo foi de grande valia para realização desse sonho, sua ajuda foi fundamental;

Às amigas e colegas por todo conhecimento compartilhado nessa jornada acadêmica;

Aos professores pelo apoio e paciência nessa jornada acadêmica em especial a professora Hildete, obrigada pela incansável dedicação, confiança e carinho, sua orientação foi fundamental para a realização dessa pesquisa.

À Unifesspa, pela bolsa PIBIC que possibilitou a fase inicial da pesquisa.

## RESUMO

Esta pesquisa se propôs a fazer uma análise da produção de artigos publicados em periódicos sobre educação especial e inclusiva da região Norte do Brasil no período compreendido entre 2014 a 2018, para com isso, saber de que trata a produção científica do Norte do Brasil acerca da educação especial e inclusiva. Para contextualizar a pesquisa, apresentou-se o conceito de deficiência com base em Diniz (2007) e um estudo sobre como se configurou a educação especial e inclusiva no Brasil com apoio em Mendes (2010), Magalhães (1913), Jannuzzi (1992) e Bueno (1994). A abordagem empregada no trabalho de pesquisa bibliográfica foi quali-quantitativa. Foram analisados 42 artigos de 18 periódicos. O estado do Pará apresentou a maior quantidade de trabalhos, com 16 artigos em quatro periódicos. Em segundo lugar ficou o Amazonas, com 07 trabalhos em três periódicos, seguido pelo Tocantins, com 06 trabalhos em quatro periódicos; Rondônia, com 05 trabalhos em dois periódicos; Amapá, com 04 trabalhos em dois periódicos; Acre, com 03 trabalhos em dois periódicos e, por fim, Roraima, com 01 trabalho em um periódico. Sobre a incidência dos tipos de deficiência tratados nos trabalhos realizados na região norte do Brasil, percebe-se que a tipologia de deficiência estudada com mais frequência é a surdez, com 11 artigos relacionados, seguidas pela deficiência visual com 5, e o autismo, com 4 artigos. O agrupamento das temáticas tratadas mostra claramente um movimento, nos cinco anos estudados (2014-2018), de focar a modificação da ação pedagógica, a reelaboração dos recursos metodológicos, a produção e adaptação de material, muito mais do que a normalização e enquadramento da pessoa com deficiência.

**Palavras-chave:** Educação Especial; Produção científica; Inclusão Escolar.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Artigos publicados em periódicos das universidades públicas do estado do Pará.....	p. 29
Tabela 2: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Amazonas.....	p.30
Tabela 3: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Acre.....	p. 32
Tabela 4: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Rondônia.....	p. 32
Tabela 5: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Amapá.....	p.33
Tabela 6: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Roraima.....	p. 33
Tabela 7: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Tocantins.....	p. 34
Tabela 8: Tipologias de lesão encontradas em periódicos da UFAC.....	p. 36
Tabela 9: Tipologias de lesão encontradas em periódicos da UEA.....	p.37
Tabela 10: Tipologias de lesão encontradas em periódicos da UNIFAP.....	p.38
Tabela 11: Tipologias de lesão encontradas em periódicos da UEPA, Ufopa e UFPA.....	p.39
Tabela 12: Tipologias de lesão encontradas em periódicos da UNIR.....	p.40
Tabela 13: Tipologias de lesão encontradas em periódicos da UFT.....	p. 41
Tabela 14: Síntese das tipologias abordadas nos artigos pesquisados.....	p. 42
Tabela 15: Temáticas gerais abordadas nos artigos pesquisados.....	p. 42

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
Cenesp	Centro Nacional de Educação Especial
EJA	Educação de Jovens de Adultos
FPAS	Fundo de Previdência e Assistência Social
IFAM	Instituto Federal do Educação do Amazonas
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
PEA	Perturbação do Espectro Autista
Sinpas	Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UEAP	Universidade Estadual do Amapá
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UERR	Universidade Estadual de Roraima
UFAC	Universidade Federal do Acre
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará

UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
Unifesspa	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
UNIR	Fundação Universidade Federal de Rondônia
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins
Upias	Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação
USP	Universidade de São Paulo

## SUMARIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 DEFICIÊNCIA, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 O conceito de deficiência.....</b>	<b>14</b>
<b>1.2 A educação especial e inclusiva no Brasil.....</b>	<b>18</b>
<b>2 PERCURSO METODOLÓGICO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO QUALI- QUANTITATIVO .....</b>	<b>26</b>
<b>2.1 Produção por estado, universidade e periódico .....</b>	<b>27</b>
<b>3 TEMÁTICAS E TIPOLOGIAS NA PRODUÇÃO AMAZÔNICA SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA .....</b>	<b>35</b>
<b>CONCLUSOES.....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>49</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso da Licenciatura Plena em Pedagogia (ICH/FACED/Unifesspa) objetivou fazer uma análise da produção de artigos publicados em periódicos sobre educação especial e inclusiva da região norte do Brasil, no período compreendido entre 2014 a 2018.

Utilizamos uma abordagem quali-quantitativa, fazendo uma leitura bibliográfica das publicações científicas. O material, por sua vez, foi encontrado em buscas na internet: para a construção desta pesquisa, foram examinados os periódicos disponíveis nos portais das universidades públicas dos estados da região norte do Brasil. Como sabido, essa região abrange sete estados (Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Amapá, Para e Tocantins). Como critério de seleção dos artigos, estabeleceu-se que seriam analisados os artigos que tratassem de educação especial e inclusiva; o segundo critério estabelecido foi que tais pesquisas tivessem sido realizadas dentro da referida região, ou seja, somente os trabalhos cuja pesquisa foi realizada na região norte do Brasil foram selecionados para análise. Por “produção do norte”, portanto, entendemos neste trabalho os artigos publicados por periódicos sediados nas universidades públicas da região norte. Não foram buscados, por esse critério, artigos publicados em revistas desvinculadas das universidades públicas ou vinculadas a universidades privadas, assim como aqueles cuja pesquisa ocorreu na região norte, mas foram publicados em periódicos das demais regiões do país (o que ampliaria demais o escopo desta pesquisa de TCC).

Tendo em vista o objetivo e a metodologia de pesquisa abordada acima, foi a seguinte sua pergunta norteadora: “de que temáticas trata a produção científica do norte do Brasil que se refere a educação especial e inclusiva?”. Para responder a esta pergunta, o trabalho apresenta na primeira seção a conceituação e contextualização histórica do termo deficiência se baseando em Diniz (2001), Mendes (2010), Magalhães (1913), Jannuzzi (1992) e Bueno (1994). Nesta seção, concentrou-se em abordar os passos da consolidação da educação para as pessoas com deficiência no Brasil, enfatizando os acontecimentos desde o século XIX até os dias atuais, elencando também as definições dadas ao termo *deficiência* por vários pesquisadores no decorrer do tempo.

Os artigos encontrados foram organizados inicialmente estado por estado da região norte, na segunda seção. Ali, apresentamos em tabelas os títulos de artigos

publicados, suas revistas e respectivas universidades, mostrando um quadro geral da produção, na qual se destaca o estado do Pará.

Os artigos encontrados foram analisados, na seção 3, a partir da divisão em duas categorias, das quais uma se caracterizou pelas temáticas abordadas e a outra, pelas tipologias de deficiência encontradas para com isso, facilitar o desenvolvimento da pesquisa, dos 42 artigos analisados, 14 tratam de questões mais gerais que envolvem a produção da deficiência para além da lesão, ou seja, não especificam uma tipologia de lesão.

## **1 DEFICIÊNCIA, EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO**

Nesta seção, abordaremos, de início, o conceito de deficiência segundo a visão da autora Diniz (2007) e finalizaremos, com uma breve contextualização sobre a questão da deficiência dentro da história da educação especial e inclusiva no Brasil com embasamento nos trabalhos de Mendes (2010), Magalhães (1913), Jannuzzi (1992) e Bueno (1994).

### **1.1 O debate sobre o conceito de deficiência**

Para a elaboração desta seção, tivemos como base, o livro intitulado “O que é deficiência” de Diniz (2007) nele, se retrata o modelo social de deficiência, os estudos sobre deficiência, a revisão do modelo médico e as relações entre deficiência, feminismo e cuidado. Partindo das ideias trazidas pela autora, abordaremos o conceito de deficiência para depois pensar nas relações entre tal conceito e o histórico da educação especial e inclusão.

Iniciando a discussão, Diniz (2007) aborda uma concepção um tanto que peculiar para a palavra deficiência, segundo a autora, a deficiência vem como uma,

[...] variação do normal da espécie humana, foi uma criação discursiva do século XVIII, e desde então ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma. O corpo com deficiência somente se delinea quando contrastado com uma representação de o que seria o corpo sem deficiência. Ao contrário do que se imagina, não há como descrever um corpo com deficiência como anormal. A anormalidade é um julgamento estético e, portanto, um valor moral sobre os estilos de vida. Há quem considere que um corpo cego é algo trágico, mas há também quem considere que essa é uma entre várias possibilidades para a existência humana (DINIZ, 2007, p. 4).

Vimos que no século XVIII a deficiência era vista somente como uma anormalidade, pois havia uma comparação aos normais, com isso, tudo que saía da normalidade da época, se tratando de construção física de uma pessoa, era considerado um corpo fora da norma. Com essas concepções de deficiência, alguns personagens “anormais” apareceram neste contexto para expor suas ideias contrárias sobre o enredo distorcido que tinham na época, Paul Hunt e Michael Oliver foram dois sociólogos deficientes físicos, que se encontraram e firmaram parceria na caminhada após uma carta feita por Hunt remetida ao jornal inglês *The Guardian* que dizia,

Senhor Editor, as pessoas com lesões físicas severas encontram-se isoladas em instituições sem as menores condições, onde suas ideias são ignoradas, onde estão sujeitas ao autoritarismo e, comumente, a cruéis regimes. Proponho a formação de um grupo de pessoas que leve ao Parlamento as ideias das pessoas que, hoje, vivem nessas instituições e das que potencialmente irão substituí-las. Atenciosamente, Paul Hunt (DINIZ, 2007, p. 7).

Veremos na próxima subseção, no contexto histórico da educação especial e inclusiva no Brasil, pontos referentes às primeiras organizações com intuito de atender esse público, tendo em vista que as escolas para cegos e surdos já se configuram com mais de dois séculos no Brasil, e advindas de escolas, no caso dos surdos, da França, com muito mais tempo de existência. O que se quer trazer com essas colocações, foi que apesar da educação especial e inclusiva ser antiga, foi no século XX que a “existência da primeira organização política para tratar de assuntos sobre deficiência, chamada de Liga dos Lesados Físicos Contra a Segregação (Upias)” (DINIZ, 2007, p.7) iniciada em 1976, quatro anos após a crítica feita por Hunt ao jornal inglês, contendo inicialmente os dois sociólogos citados acima com Paul Abberley e Vic Finkelstein, também sociólogos deficientes.

A Upias foi, na verdade, a primeira organização política sobre deficiência a ser formada e gerenciada por deficientes. Instituições antigas, como o Instituto Nacional para Cegos, talvez a mais antiga do mundo, no Reino Unido, ou o Instituto Nacional de Educação de Surdos, no Brasil, eram entidades para os deficientes, isto é, locais onde se confinavam pessoas com diferentes lesões físicas ou mentais, cuidando delas e lhes oferecendo educação. Em geral o objetivo dessas instituições e centros era o de afastar as pessoas com lesões do convívio social ou o de normalizá-las para devolvê-las à família ou à sociedade (DINIZ, 2007, p. 7).

Com base na colocação de Diniz (2007) a Upias instaurou-se como “resistência política e intelectual ao modelo médico de compreensão de deficiência” (DINIZ, 2007, p. 7). O modelo médico se referia à deficiência como “consequência natural da lesão em

um corpo, e a pessoa deficiente deve ser objeto de cuidados biomédicos” (DINIZ, 2007, p. 7).

É observado que a Upias iniciou uma importante caminhada para o início da inclusão de deficientes em sociedade, tendo em vista que seu principal objetivo era “redefinir a deficiência em termos de exclusão social” (DINIZ, 2007, p. 8) com isso, os membros desta resistência trabalhavam incansavelmente para mostrar que os deficientes são membros normais de uma sociedade preconceituosa.

Para melhor entender quão importante foi a Upias, é necessário mostrar seus objetivos; segundo Diniz (2007) os objetivos tratados a seguir advém do objetivo principal, tratando-se da inclusão social do deficiente em sociedade, o primeiro trata-se de:

Diferenciar natureza de sociedade pelo argumento de que a opressão não era resultado da lesão, mas de ordenamentos sociais excludentes. Lesão era uma expressão da biologia humana isenta de sentido, ao passo que deficiência era resultado da discriminação social. Ao retirar qualquer sentido pejorativo das lesões, o alvo da Upias era aproximar os deficientes de outras minorias sociais, grupos nos quais a tensão entre os conceitos de natureza e sociedade era também intensa. O objetivo era desessencializar a lesão, denunciando as construções sociológicas que a descreviam como desvantagem natural (DINIZ, 2007, p. 8).

O objetivo que se observa acima trata da maneira de conceituar a lesão. Para os sociólogos do movimento, a lesão se caracteriza como “um dado corporal isento de valor, ao passo que a deficiência seria o resultado da interação de um corpo com lesão em uma sociedade discriminatória”. O segundo objetivo caracterizou-se em

Assumir a deficiência como uma questão sociológica, retirando-a do controle discursivo dos saberes biomédicos. Foi nessa disputa por autoridade discursiva que se estruturou o modelo social da deficiência em contraposição ao modelo médico. O modelo social definia a deficiência não como uma desigualdade natural, mas como uma opressão exercida sobre o corpo deficiente. Ou seja, o tema da deficiência não deveria ser matéria exclusiva dos saberes biomédicos, mas principalmente de ações políticas e de intervenção do Estado (DINIZ, 2007, p. 8).

Caracterizando a deficiência como uma questão sociológica, retira-se a visão biológica como única e somente definição e aborda uma real preocupação com as ações políticas sobre o assunto. Diniz (2007) afirma que,

Esses dois objetivos abriram caminho para um novo olhar sobre a deficiência. Para o modelo social da deficiência, as causas da segregação e da opressão sofrida por Oliver, por exemplo, deveriam ser buscadas não nas sequelas da poliomielite contraída na infância, mas nas barreiras sociais que dificultavam ou impediam sua locomoção em cadeira de rodas. Sua dificuldade de locomoção não deveria ser entendida como uma tragédia pessoal fruto da loteria da natureza, mas como um ato de discriminação permanente contra um grupo de pessoas com expressões corporais diversas (DINIZ, 2007, p. 9).

Analisando os objetivos dados pela organização Upias, podemos afirmar que a maior dificuldade de um cadeirante não é o fato de não andar, mas sim, a falta de acessibilidade nos transportes públicos. Em meio deste emaranhado contexto sobre deficiência, nos remete falar sobre como nos referir as pessoas com lesões, já que “deficiência passou a ser um conceito político: a expressão da desvantagem social sofrida pelas pessoas com diferentes lesões” então, podemos falar que,

[...] nesse movimento de redefinição da deficiência, termos como "pessoa portadora de deficiência", "pessoa com deficiência", "pessoa com necessidades especiais", e outros agressivos, como "aleijado", "débil-mental", "retardado", "mongolóide", "manco" e "coxo" foram colocados na mesa de discussões. Exceto pelo abandono das expressões mais claramente insultantes, ainda hoje não há consenso sobre quais os melhores termos descritivos (DINIZ, 2007, p. 9).

É comum ouvirmos alguns dos termos destacados acima e não atentar aos contextos em que cada um está inserido; partindo desse pressuposto os “seguidores da Upias e teóricos do modelo social da deficiência, em especial na linha britânica, é possível reconhecer a preferência por expressões que denotem a identidade na deficiência, e por isso é mais comum o uso do termo "deficiente". Isso porque,

"Deficiente" seria, portanto, um termo politicamente mais forte que "pessoa com deficiência", muito embora alguns autores utilizem ambos de modo indiscriminado. Vale lembrar que o objetivo não era transformar o vocabulário por questões estéticas, mas politizá-lo retirando expressões que não estivessem de acordo com a guinada teórica proposta pelo modelo social. (DINIZ, 2007, p. 10)

Para a conclusão desta seção, apresentamos a diferenciação que a autora traz entre o modelo médico e o modelo social do conceito de deficiência, para isso, como já falado, a Upias teve um grande papel no desenvolvimento do deficiente perante a sociedade, com intuito de quebrar as lacunas existentes entre as ideologias passadas e como os deficientes se sentem com a exclusão. Diniz (2007) afirma que para o modelo médico,

[...] o problema estava na lesão, para o modelo social, a deficiência era o resultado do ordenamento político e econômico capitalista, que pressupunha um tipo ideal de sujeito produtivo. Houve, portanto, uma inversão na lógica da causalidade da deficiência entre o modelo médico e o social: para o primeiro, a deficiência era resultado da lesão, ao passo que, para o segundo, ela decorria dos arranjos sociais opressivos às pessoas com lesão. Para o modelo médico, lesão levava à deficiência; para o modelo social, sistemas sociais opressivos levavam pessoas com lesões a experimentarem a deficiência. (DINIZ, 2007, p. 11)

Vemos que os dois modelos, tanto o médico, quanto o social, contém divergências, porém, em um aspecto, caminham juntos,

[...] “ambos concordavam que a lesão era um tema da alçada dos cuidados biomédicos. O desafio era não apenas rever a lógica de causalidade proposta pelo modelo médico, mas também introduzir uma nova divisão social do trabalho que incorporasse a deficiência” (DINIZ, 2007, p. 11).

Com isso Diniz (2007) afirma que, dessa forma, “seria possível desbancar a autoridade daqueles que tradicionalmente administravam a deficiência, para então determinar as prioridades das políticas públicas voltadas para os deficientes. Mas, para isso, era preciso deixar claro o que o modelo social entendia por opressão pela deficiência”.

Essa discussão sobre o modelo médico e social gera debates sobre a questão da relação entre doença e lesão, como por exemplo, a possível causa da paralisia, que em alguns casos, pode advir da poliomielite, mas como esse contexto não é propósito do tema proposto encerraremos esta seção com a afirmação de Diniz (2007):

Há desigualdades de poder no campo da deficiência que não serão resolvidas por ajustes arquitetônicos. Apenas princípios da ordem das obrigações morais, como o respeito aos direitos humanos, serão capazes de proteger a vulnerabilidade e a dependência experimentadas por muitos deficientes. Diniz (2007, p. 18)

Com isso, é percebido que, apesar dos debates sobre a deficiência ter trilhado passos importantes nesse último século, ainda se faz necessário uma jornada árdua para uma inclusão justa e solidária em todos os espaços sociais.

## **1.2 A educação especial e inclusiva no Brasil**

Nos dias atuais é comum falar sobre educação especial e inclusiva em contextos escolares, mas nem sempre foi assim. A história que rodeia esse tema é antiga e dolorosa. Poderíamos fazer um breve histórico sobre a inclusão das pessoas com necessidades especiais, no entanto, vamos frisar o contexto educacional do Brasil, que é o foco deste trabalho.

Nesta seção apresentaremos dados de estudos de Mendes (2010), Magalhães (1913), Jannuzzi (1992) e Bueno (1994) com intuito de descrever os passos da educação especial, que mais tarde vem a se propor inclusiva<sup>1</sup>, no contexto histórico do Brasil.

---

<sup>1</sup> Usamos os dois adjetivos (especial e inclusiva), por considerar, com Mendes e Malheiro (2012), que há autores que entendem os dois conceitos como sinônimos, outros como complementares e ainda outros que os entendem como contraditórios entre si. Como não entraremos nesse debate, mantemos as duas denominações.

A história se inicia no Brasil no século XIX, quando foi inaugurado, em 1854 pelo imperador D. Pedro II, o Instituto de Meninos Cegos, com direção do professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, com sua morte em 1891 e a proclamação da república em 1890, o Instituto foi renomeado, no mesmo ano da morte do professor e como forma de homenageá-lo pelos anos de dedicação, para Instituto Benjamin Constant. (MENDES, 2010, p. 93-94).

Dando continuidade, ainda no século XIX, foi instaurado o Instituto dos Surdos-Mudos, com direção do francês Edouard Huet, surdo de nascença e professor formado pelo Instituto Nacional de Paris, por carregar essas características, não foi difícil conseguir a aprovação do Imperador D. Pedro II para a instauração do mesmo. As aulas foram iniciadas em salas alugadas de um colégio da região, com apenas três alunos, lá se ensinava todas as disciplinas curriculares da época. Com o passar dos anos e as adaptações, hoje o Instituto dos Surdos-Mudos se chama Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). (MENDES, 2010, p. 94-95).

Além dos avanços na educação dos deficientes visuais e auditivos, outras deficiências tiveram iniciativas de atendimento. Por exemplo, em 1874, foi criado na Bahia o Hospital Juliano Moreira que tinha o propósito de dar assistência médica aos indivíduos com deficiência intelectual, treze anos após a criação do hospital, foi criada a Escola México, no estado do Rio de Janeiro, carregando o propósito de atender pessoas com deficiência física e intelectual.

Vimos acima que as primeiras iniciativas na educação especial tiveram início no Brasil no século XIX, e a partir disso, se iniciou uma caminhada, mesmo que a passos lentos, para o desenvolvimento educacional da pessoa com deficiência. Com a proclamação da República em 1890 e a promulgação da Constituição de 1891 instalando o federalismo, se definiram “as responsabilidades pela Política Educacional: aos Estados e Municípios do ensino primário ao profissionalizante, e à união, o ensino secundário e superior” (MENDES, 2010, p. 95). Em 1900, durante o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia foi apresentado à monografia de Carlos Eiras intitulada “A Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas” marco que abordava a necessidade pedagógica dos deficientes intelectuais. Ainda sobre a deficiência intelectual, era comum ouvir rumores que a mesma advinha da precariedade da população mais pobre do Brasil, Magalhães (1913)<sup>2</sup> apud Mendes (2010) conta que “A concepção de deficiência

---

<sup>2</sup> Obra intitulada “Tratamento e educação das crianças anormais de inteligência: contribuição para o estudo desse complexo problema científico e social, cuja solução urgentemente reclama - a bem da infância de

predominante era a de que se tratava de uma doença, em geral atribuída à sífilis, tuberculose, doenças venéreas, pobreza e falta de higiene” (p. 95).

Logo após os marcos destacados acima, em 1914 se iniciou a primeira guerra mundial, se estendendo por quatro anos. Após o fim da mesma,

[...] houve surto industrial, surgiu a tendência de nacionalização da economia e que lentamente foi mudando o modelo econômico, emergindo a demanda por mão de obra especializada resolvida na época pela imigração de italianos e espanhóis com influência do sindicalismo anarquista. Estes fatores seriam em parte responsáveis pelos posteriores movimentos de contestações observados na década de vinte (MENDES, 2010, p. 95)

Foi a partir da primeira guerra que a educação escolar teve um impulsionamento exponencial pela necessidade de mão de obra qualificada. Mendes (2010) complementa dizendo que, nas décadas de vinte e trinta daquele século, “a vertente psicopedagógica da educação de pessoas com deficiência no Brasil será influenciada [...] pelas reformas nos sistemas educacionais de educação sob o ideário do movimento escola-novista” (p. 95). Esse termo “escola-novista” teve seus princípios resumidos, sendo classificados por Cunha (1988) “crença no poder da educação, o interesse pelas pesquisas científicas, a preocupação em reduzir as desigualdades sociais e em estimular a liberdade individual da criança.”

Embasados no movimento escola-novista vários estados empreenderam reformas pedagógicas, sendo que o ideário da escola nova permitiu ainda a penetração da psicologia na educação, e o uso dos testes de inteligência para identificar deficientes intelectuais passou a ser difundido neste período (MENDES, 2010, p. 96)

Segundo a autora, em 1913 um professor chamado Clemente Quaglio introduziu a escala Binet-Simon<sup>3</sup>, e publicou a primeira amostra estatística “Baseada nos dados de cerca de 150 crianças de escolas públicas, este autor concluiu que 13% delas eram anormais da inteligência” (QUAGLIO<sup>4</sup> 1913, apud MENDES, 2010, p. 96). A partir desses dados e de dados posteriores, os alunos tidos como anormais de inteligência eram rejeitados nas salas de aulas públicas.

---

agora e das gerações porvindouras - os mais elevados interesses materiais, intelectuais e morais da pátria brasileira”. Escrita por Magalhães, B. no Jornal Comercio em 1913, não disponível atualmente para leitura.

<sup>3</sup> Inventada pelos psicólogos Alfred Binet, pupilo de Jean Charcot e Theodore Simon, em 1905, o teste de Binet-Simon foi o primeiro e inúmeros testes que visavam medir a inteligência de crianças (<https://www.aprendercrianca.com.br/noticias-do-cerebro/195-inteligencia>).

<sup>4</sup> Trabalho intitulado “A solução do problema pedagógico social da educação da infância anormal de inteligência no Brasil”, São Paulo, Typ, Espíndola & Comp. Com data de 1913, não disponível para leitura atualmente.

Vimos que, apesar da evolução em certos aspectos da educação especial, existiam muitas lacunas, especialmente na inclusão dos alunos deficientes em sociedade. Partindo por esse pressuposto, destacaremos as primeiras publicações brasileiras sobre educação de pessoas com deficiência, os trabalhos sobre esse tema tiveram o início de publicação no século XX, entre eles: *A Educação da Infância Anormal da Inteligência no Brasil* do professor Clementino Quaglio; *Tratamento e Educação das Crianças Anormais da Inteligência* e *A Educação da Infância Anormal e das Crianças Mentalmente Atrasadas na América Latina*, de Basílio de Magalhães e o livro intitulado *Infância Retardatária*, de Norberto de Souza Pinto. (MENDES, 2010, p. 96-97).

Após os destaques dos primeiros trabalhos envolvendo o ensino da pessoa com deficiência, é importante falar sobre a professora Helena Antipoff, grande idealizadora dos processos de ensino para deficientes; a mesma foi responsável pela criação do Laboratório de Psicologia Aplicada na Escola de Aperfeiçoamento de Professores, em Minas Gerais, em 1929; também promoveu uma proposta de organização da educação primária na rede comum de ensino, baseada na composição de classes homogêneas; foi responsável pela criação de serviços de diagnósticos, classes e escolas especiais. Em 1932 criou a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, e “em 1939 ela criou uma escola para crianças excepcionais, na Fazenda do Rosário, que pretendia integrar a escola à comunidade rural adjacente, dando início ao Complexo Educacional da Fazenda do Rosário” e “participou ativamente do movimento que culminou na implantação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), em 1954, além de influenciar a formação de um contingente grande de profissionais que passaram a se dedicar à área nos anos posteriores” (MENDES, 2010, p. 96, 97).

Nos anos que antecederam os trabalhos da professora Antipoff, entre 1937 a 1945 o Brasil passou pelas transformações do Estado Novo, onde o ensino passou por um processo de democratização, havendo mudanças no ensino primário e secundário marcado também pela criação do Ministério da Educação e Saúde e a fundação da Universidade de São Paulo (USP). Com isso, Jannuzzi (1992) conta que,

Durante cerca de 20 anos (1930-1949) foi constatada uma lenta evolução dos serviços (cerca de apenas trinta estabelecimentos novos foram criados), enquanto o número de estabelecimentos nas escolas regulares públicas (provavelmente na modalidade de classes especiais) duplicou, os estabelecimentos nas instituições especializadas privadas quintuplicaram (p. 98).

Com a afirmação da autora, vimos que a modalidade de ensino especial se propagou mais durante o Estado Novo, e Mendes (2010, p. 98) destaca que, com

O fim do estado novo consubstanciou-se na adoção de uma nova constituição de cunho liberal e democrático, que determinava a obrigatoriedade de se cumprir o ensino primário, estabelecia a competência à União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, e afirmava o preceito de que a educação era direito de todos. Enquanto isso, a luta pela escola pública se intensificava principalmente em função da elaboração do anteprojeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que demorou 13 anos para ser transformado em lei (de 1948 a 1961).

A partir disso, houve uma expansão significativa na quantidade de estabelecimentos de ensino especial para pessoas com deficiência intelectual. Dentro deste período de expansão compreendido entre 1950 a 1959, mais precisamente em 1954, foi criada a primeira escola da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) que apresentava como objetivo principal a melhoria das condições de vida da pessoa com deficiência, e, principalmente, assegurar-lhe o desenvolvimento e os direitos de cidadão.

Mendes (2010) resume a década de sessenta, representada pelo regime militar que teve início com o golpe de 1964, do seguinte modo:

[...] acentuados o processo de desnacionalização da economia, a concentração de renda, a repressão das manifestações políticas, o êxodo rural, os problemas urbanos e o empobrecimento da população. As reformas educacionais deste período atingiram o ensino superior resultando na perda da autonomia da universidade, sem entretanto eliminar o dualismo escolar. Neste período ocorreu um processo até então sem precedentes de privatização do ensino, agora já sob a mentalidade empresarial (MENDES, 2010, p. 100)

Foi em 1961 que foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes da Educação (LDB). Com a ditadura e a promulgação da Constituição de 1967, foi elaborada a segunda LDB em 1971, “que alterou a estrutura do ensino criando novos níveis, entre eles o ensino de 1º grau (8 séries anuais e obrigatório dos 7 os 14 anos) e ensino de 2º grau (duração mínima de 3 anos e de técnica obrigatória)” (MENDES, 2010, p. 100). Apesar do Brasil, na época do regime militar, ter apresentado um regresso significativo como aponta Mendes (2010), a educação especial teve um avanço consistente, dentro de um modelo assistencialista. Jannuzzi (1992) nos mostra em estudos que entre 1930 e 1949 duplicou o número de unidades educacionais especiais, e que “cerca de 190 estabelecimentos no final da década de cinquenta no país, dos quais a grande maioria (cerca de 77%) eram públicos e em escolas regulares” (JANNUZZI, 1992) finaliza mostrando dados da década de sessenta, mais precisamente 1969, onde

[...] encontrou registros de mais de 800 estabelecimentos para pessoas com deficiência intelectual, o que representava praticamente quatro vezes mais do que a quantidade encontrada no início da década de sessenta. A rede de serviços era basicamente composta por classes especiais nas escolas regulares (74%), a maioria delas em escolas estaduais (71%) (JANNUZZI, 1992, p. 59).

Na época, após a reafirmação da LDB em 1971, foi estabelecida, no mesmo ano, a Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971, que em seu Art. 9º definia os alunos de educação especial, sendo: “alunos que apresentassem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrassem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula, além dos superdotados; dando a educação especial” (MENDES, 2010, p. 100). Percebe-se que a iniciativa nas construções de espaços para o atendimento especial teve um impulsionamento favorável, entretanto a definição de alunos especiais não englobava todos os tipos de deficiência e classificava os alunos de baixo rendimento como deficientes intelectuais.

Conforme Mendes (2010), a iniciativa privada na educação escolar durante o regime militar se sobressaiu em comparação à educação pública, com isso, é importante ressaltar também que o ensino era para poucos e somente para filhos de privilegiados, a camada mais pobre da sociedade não tinha acesso a uma educação de qualidade. Com essas características, foi elaborado o I Plano Setorial de Educação e Cultura (iniciado em 1972 e finalizado em 1974), a partir dele foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (Cenesp), dentro do Ministério da Educação. Foi o primeiro órgão educacional do governo federal responsável pela definição da política de/na educação especial, porém caracterizava-se por privilegiar a iniciativa privada e por uma concepção assistencialista.

É por essa razão que Mendes (2010) chama a atenção para a criação, em 1976 do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (Sinpas), do Fundo de Previdência e Assistência Social (FPAS) e da Legião Brasileira de Assistência (LBA), e um ano depois, do Ministério da Previdência e Assistência Social:

[...] posteriormente iriam surgir portarias interministeriais (educação, previdência e ação social), formalizando diretrizes para a ação no campo do atendimento a “excepcionais”, dispondo sobre atendimento integrado com ações complementares de assistência médico-psico-social e de educação especial, definindo e delimitando sua clientela, dispondo sobre diagnóstico, encaminhamento, supervisão e controle, reforçando enfim o caráter assistencial mais do que educacional do atendimento (MENDES, 2010, p. 101).

Por fim, o final da década de setenta ainda foi marcado por iniciativas de formação de professores de terceiro grau nos primeiros programas de pós-graduação a se dedicarem à pesquisa e formação docente na área da educação especial (MENDES 2010).

Com o final do regime militar, a nova Constituição, de 1988, “assegurou a educação de pessoas com deficiência deveria ocorrer, preferencialmente na rede regular de ensino e garantiu ainda o direito ao atendimento educacional especializado” (MENDES, 2010, p. 101).

O Brasil teve que passar por transformações significativas para organizar o sistema educacional deixado pela ditadura. Embora saibamos que a deficiência não está ligada a quaisquer motivos de pobreza ou precariedade de vida, boa parte do século XX carregava o conceito de deficiência distorcido, atrasando, ainda mais, o desenvolvimento das pessoas cuja lesão o levasse a ser incluído na definição de “portador de necessidades especiais”. Como vimos, a maior parte dos investimentos na educação especial foi realizado para instituições privadas, oferecendo, de certa forma, um “processo de legitimação da marginalidade social do que à ampliação das oportunidades educacionais de crianças com necessidades educacionais especiais” (BUENO, 1994, p. 25). Com isso, o aluno deficiente tinha ou a classe especial nas escolas públicas estaduais, que mais servia como mecanismo de exclusão do que de escolarização ou o isolamento em instituições especializadas. Para explicar mais detalhadamente sobre esse mecanismo de exclusão, Mendes (2010) argumenta que,

[...] se encontrava no Brasil até o final de década de noventa vários procedimentos para, primeiramente isolar indivíduos considerados deficientes / diferentes, e serviços centrados na função de efetuar diagnóstico para a identificação, na montagem de arranjos, enquanto que não se discutia currículo e estratégias instrucionais. Ao isolar os indivíduos em ambientes educacionais segregados, rotulados de deficientes e tratando-os como crianças pré-escolares, a educação que lhe era oferecida acrescentava-lhes um duplo ônus: o rótulo e estigma da deficiência com a consequente exclusão social, além da minimização das suas potencialidades através de uma educação de qualidade inferior (2010, p. 104).

Com base neste contexto, vimos que se configurou por muito tempo o ensino especial com base na exclusão, ou seja, em uma tentativa de incluir, acabava gerando uma discriminação social generalizada, pois, os mecanismos de classificação desses alunos se constituíam por graus de aprendizagem.

Após a promulgação da atual Constituição da República, a década de 90 de iniciou com grandes perspectivas no que tange à população brasileira, pois trouxe direitos sociais. Mendes (2010) enfatiza neste contexto que a “sociedade inclusiva passou a ser considerada um processo fundamental importância para o desenvolvimento e a manutenção do estado democrático, a educação inclusiva começou a se configurar como parte integrante e essencial de processo” (p. 105). Mais tarde, em 1996, a atual LDB se

instalou com diretrizes carregadas da nova constituição, empregando a assistência educacional aos educandos portadores de necessidades especiais ao ensino obrigatório em escolas regulares da rede pública.

Após a Constituição de 1988, o ensino especial ganhou novos olhares, e consequentemente, vem ganhando um espaço considerável na última década. Para entendermos as mudanças, faremos uma breve comparação, em 2010, estudos apontavam que,

[...] uma estimativa de cerca de seis milhões de crianças e jovens com necessidades educacionais especiais, cerca de 800 mil matrículas, considerando o conjunto de todos os tipos de recursos disponíveis, ou seja, desde os matriculados em escolas especiais até os que estão nas escolas comuns. A grande maioria dos alunos com necessidades educacionais especiais está fora de qualquer tipo de escola. Tal quadro indica muito mais uma exclusão escolar generalizada dos indivíduos com necessidades educacionais especiais na realidade brasileira, a respeito da retórica anterior da integração e da atual inclusão escolar (MENDES, 2010, p. 106).

Em 2015 os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), órgão ligado ao Ministério da Educação (MEC), apontavam, ao todo,

930.683 alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação no ensino regular e no EJA (Educação de Jovens de Adultos). Destes, 8,1% estavam em escolas e salas comuns e 19% nos colégios ou salas exclusivas para pessoas com deficiência (TENENTE, 2016).

Os dados apresentados consistem em uma diferença de apenas cinco anos, e a partir da comparação entre eles, vemos que as perspectivas de matrícula escolar das pessoas com deficiência se ampliaram nas duas primeiras décadas do século XXI.

## 2 PERCURSO METODOLÓGICO: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO QUALI-QUANTITATIVO

Esta pesquisa se classifica como exploratória, de natureza quali-quantitativa, tendo como método a pesquisa bibliográfica. Para melhor entender essas definições, Gil (2002) defende que

[...] as pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições (GIL, 2002, p. 41)

Se tratando da pesquisa qualitativa, tem-se como um dos seus objetivos “ocupa um reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995, p. 21). Não tendo ainda encontrado um estudo que mostrasse a incidência de produções acerca de educação especial e inclusiva na região norte, consideramos válido empreender uma primeira busca, sabendo que, por se tratar de um TCC, ela é bastante incompleta e parcial. Pode ser, no entanto, um primeiro passo para outros pesquisadores darem continuidade, mostrando como esse fenômeno se apresenta na produção bibliográfica de nossa região.

O método de levantamento de informações foi, portanto, o bibliográfico; o referido método “implica em um conjunto ordenado de procedimentos de busca por soluções, atento ao objeto de estudo, e que, por isso, não pode ser aleatório” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 38). É importante destacarmos ainda a possibilidade de a pesquisa bibliográfica apresentar ao leitor um quadro amplo, agregando dados que estão dispersos e possibilitando novas pesquisas pela apresentação objetiva da localização dos dados, no nosso caso, artigos. Assim, se alguém deseja analisar teorias mobilizadas para discutir educação especial na região norte, por exemplo, pode utilizar nosso banco de referências como ponto de partida.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Esta vantagem se torna particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre a população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em

muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados senão com base em dados secundários (GIL, 1994, p.50).

Assim, podemos destacar que a pesquisa bibliográfica é “um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 43).

Esta pesquisa teve como objetivo central fazer uma análise quali-quantitativa da produção de artigos publicados em periódicos sobre educação especial e inclusiva da região norte do Brasil, no período compreendido entre 2014 a 2018 foram demarcados os últimos cinco anos com referência ao início da pesquisa, principalmente para tornar possível o trabalho, dada a imensa produção na área nas últimas décadas. Como a quantidade de periódicos mostrou-se muito grande para o escopo de um TCC, estabelecemos critérios de seleção: seriam periódicos disponíveis nos portais das universidades públicas dos estados da federação pertencentes à região norte. Assim, a pesquisa englobou os estados do Pará, Amazônia, Acre, Roraima, Rondônia, Tocantins e Amapá. Nos periódicos, foram buscados artigos que tivessem como palavras chave “educação especial” e “educação inclusiva” (ou tivessem tais expressões em seus títulos e /ou resumos).

## **2.1 Produção por estado, universidade e periódico**

Para a procura dos periódicos das universidades públicas da região norte, o primeiro passo foi realizar uma busca sistematizada em todas as universidades públicas por estado. Encontramos, no total, catorze universidades: quatro universidades públicas (três federais e uma estadual) no estado do Pará; os estados do Amazonas, Amapá, Roraima e Tocantins contam com duas universidades públicas (uma estadual e uma federal) cada um. Os estados de Acre e Rondônia contam com apenas uma universidade pública federal cada um. Dessas universidades, somente a UNIFESSPA não tem ainda Portal de Periódicos próprio, provavelmente por se tratar da Universidade mais recente (foi criada em 2013).

O estado do Pará é o estado da região Norte que mais possui universidades públicas: a Universidade Federal do Pará (UFPA), a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Estadual do Pará (UEPA). Dois periódicos da UFPA, um da UFOPA e um

da UEPA publicaram artigos sobre educação especial e inclusiva no período, no entanto a maior produção é da UEPA, com 16 artigos (foram 4 na UFPA e 1 na UFOPA).

**Tabela 1: Artigos publicados em periódicos das universidades públicas do estado do Pará.**

<b>Universidade</b>	<b>Periódicos</b>	<b>Artigos encontrados</b>
<b>UFPA</b>	Revista Moara	Políticas públicas inclusivas no Brasil e o contexto internacional: diálogos sobre inclusão e deficiência (AZEVEDO; SOBRAL, 2016).
		O trabalho docente no atendimento educacional especializado: a apreensão das representações sociais (GONÇALVES, 2016).
		Expressão linguística e a produção escrita de surdocegos (NASCIMENTO, 2016).
	Revista Margens Interdisciplinar	Autismo infantil: proposições para minimizar impactos do transtorno enfrentado pelos pais (GAIA, 2014).
<b>UFOPA</b>	Revista Exitus	Identidade, condições de trabalho realização profissional do professor que atende o aluno com deficiência no interior da Amazônia paraense (OLIVEIRA; 2017).
<b>UEPA</b>	Revista Cocar	A opinião de professores sobre o ensino de matemática para alunos surdos (SILVA; SÁ; SILVA, 2015).
		A organização da sala de recursos multifuncionais em escolas públicas: espaço, tempo e atendimento escolar (OLIVEIRA; LIMA; SANTOS, 2015).
		Atendimento especializado de crianças cegas e surdas em Belém do Pará: as escolas José Alvares de Azevedo e Astério de Campos (BENTES; FRANÇA, 2015).
		Educação especial em Escolas do Campo: um estudo sobre o sistema Municipal de Ensino

		de Marabá (RABELO; CAIADO, 2014).
		Evasão de alunos com necessidades educacionais em escolas ribeirinhas: limites e desafios do atendimento educacional especializado (FERNANDES; CAIADO, 2015).
		Fundamentos da educação especial: contribuições para uma reflexão filosófica educacional (FERRAZZO; MACIEL, 2016)
		Gênero, identidade e educação especial: histórias de professores (ANJOS; BRANDÃO; SOUSA, 2015)
		Imagens e sentidos de professores surdos sobre o atendimento educacional especializado (SILVEIRA; OLIVEIRA, 2015).
		Saberes conceituais necessários aos professores para a educação inclusiva (NOZI; VITALIANO, 2017).
		Salas de recursos multifuncionais e salas regulares: uma parceria imprescindível ao processo de inclusão educacional (RODRIGUES, 2014).
		Surdez: documentos oficiais e produção social dos sentidos: a legitimação de outras construções literárias (SILVA; LAVAREDA, 2014).

O Estado pesquisado a seguir foi o Amazonas, encontramos a Universidade Federal da Amazônia (UFAM) e a Universidade Estadual da Amazônia (UEA), mas somente os periódicos da universidade estadual continha artigos (sete ao todo) suprimindo as exigências da pesquisa, em três periódicos.

**Tabela 2: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Amazonas.**

<b>Universidade</b>	<b>Periódicos</b>	<b>Artigos encontrados</b>
---------------------	-------------------	----------------------------

UEA	Revista Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências	Um olhar para a realidade: o atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Manaus (OLIVEIRA; MACHADO; REIS, 2015)
		Proposta de um sistema de representação da reflexão da luz em um espelho esférico para alunos com deficiência visual (SOUZA; PALMA, 2016)
		Análise das produções científicas voltadas para educação especial em uma perspectiva inclusiva de estudantes com deficiência intelectual (RODRIGUES; PORTA; HARLOS, 2015).
		Experimento adaptado para estudantes com deficiência visual: estudo da relação solubilidade versus temperatura (CARNEIRO; TELES; LIMA; RIZZATTI; VITORIANO, 2016).
		Cartilha sobre conceitos básicos de química para inclusão de alunos surdos em sala de aula (ZAYED; MEDEIROS; RECENA, 2016).
	Extensão em revista	Aprendendo Libras no contexto das escolas do Campo no Município de Parintins – AM (SOUZA; AMOEDO; AZEVEDO, SOBRAL, 2016).
	Revista Marupiara	Perturbações do espectro do autismo: uma revisão bibliográfica dos benefícios da prática de educação física em alunos com necessidades educativas especiais (SILVA; NASCIMENTO, 2017).

O terceiro estado foi o Acre, possuindo apenas a Universidade Federal do Acre (UFAC); dois periódicos da UFAC apresentam três artigos voltados à educação especial e inclusiva.

**Tabela 3: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Acre.**

<b>Universidade</b>	<b>Periódicos</b>	<b>Artigos encontrados</b>
<b>UFAC</b>	South American Journal of Basic Education, Technical and Technological	Avaliação da interação social e de aprendizagem de alunos com síndrome de Down inclusos em escolas públicas na rede regular de ensino no município de Porto Velho – RO (ARAUJO, BIFANO; LIMA, 2017).
		Música para sujeitos surdos: expressividades e paralinguagem (VARGAS; SOUSA, 2017).
	Revista Anthesis (Educação e Letras na Amazônia ocidental)	Iconicidade e realidade: um olhar sobre a produção de sinais dos surdos do município de Cruzeiro do Sul (SERQUEIRA; TEIXEIRA, 2016).

Sendo o quarto estado estudado, Rondônia, assim como o Acre, possui apenas uma universidade pública, a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que conta com cinco artigos sobre educação especial em dois de seus periódicos.

**Tabela 4: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Rondônia.**

<b>Universidade</b>	<b>Periódicos</b>	<b>Artigos encontrados</b>
<b>UNIR</b>	Educa – Revista Multidisciplinar em Educação	Alfabetização e tecnologias da informação e comunicação para currículo democrático e inclusivo (PEREIRA; AMARAL; BUENO, 2014).
		Algumas considerações sobre currículo e inclusão escolar (COSTA; CARDOSO; SILVA, 2014).
		Deficiência intelectual e processo inclusivo: dificuldades enfrentadas (NASCIMENTO; CARRETA, 2014).
		Cultura, Poder e Educação de surdos de Nídia Regina

	Igarapé – Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade	Limeira de Sá: o contra-discurso como proposta para o processo de ressignificação da surdez e dos surdos (OLIVEIRA; COTINGUIBA, 2015).
		Um olhar de um surdo sobre uma narrativa (CUNHA; COSTA; VEGINI, 2018).

O quinto estado, o Amapá tem a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e a Universidade Estadual do Amapá (UEAP), no entanto, apenas a universidade federal apresentou, em dois de seus periódicos, quatro artigos que contemplam os requisitos da pesquisa.

**Tabela 5: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Amapá.**

<b>Universidade</b>	<b>Periódicos</b>	<b>Artigos encontrados</b>
<b>UNIFAP</b>	Revista Estação Científica	A Contribuição da psicopedagogia para a inclusão do aluno com paralisia cerebral (JUNIOR, 2014).
		Desvendando o autismo e a educação (OBADIA, 2016).
		A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar (SOUSA; SOUSA, 2016).
	Revista Letras Escreve	Marcas identitárias do sujeito surdo na escrita de artigos de opinião: uma marca da ou reflexo da cultura ouvinte? (ZONI, 2016).

O sexto estado pesquisado, o de Roraima, conta com a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Universidade Estadual de Roraima (UERR), porém, só um periódico da universidade federal continha um artigo sobre educação especial correspondente aos requisitos procurados.

**Tabela 6: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Roraima.**

<b>Universidade</b>	<b>Periódicos</b>	<b>Artigos encontrados</b>
<b>UFRR</b>	Revista Examãpaku	Afetividade dos funcionários em relação aos alunos com deficiência do Centro Integrado de Atenção à

		pessoa com deficiência (CATÃO; RIO, 2014).
--	--	--

E por fim, o sétimo estado pesquisa foi o do Tocantins, que assim como Roraima e Amapá, possui uma universidade federal, a Universidade Federal do Tocantins (UFT) e uma estadual, a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS). Somente na UFT foram publicados artigos sobre educação especial e inclusiva em seus periódicos.

**Tabela 7: Artigos publicados em periódicos da Universidade pública do estado do Tocantins.**

<b>Universidade</b>	<b>Periódicos</b>	<b>Artigos encontrados</b>
<b>UFT</b>	Revista Observatório	Acessibilidade comunicacional na educação: a experiência do núcleo de tecnologia assistiva do IFAM na adaptação de materiais didáticos e paradidáticos (SOUZA; BATISTA; AVANGELISTA, 2018).
		A tecnologia assistiva cães-guia no Brasil: uma ação do programa Viver sem Limites (SOUZA; FERREIRA, 2018).
		Acessibilidade comunicacional na educação: a experiência de tecnologia assistiva IFAM (SOUZA; BATISTA; EVANGELISTA, 2018).
	RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação	Educação inclusiva e o papel da escola no ensino-aprendizagem (CARDOSO; COSTA, 2015).
	Revista Porto das Letras	A importância da história dos surdos para o avanço da educação (MAIA, 2017).
Revista Produção Acadêmica	Educação especial e o ensino de geografia na associação de apoio à escola Dom Pedro II em Porto Nacional – TO (SANTOS, 2018).	

Ao todo, foram 42 artigos encontrados que supriam todos os requisitos a serem avaliados nesta pesquisa. Feito esse levantamento dos artigos sobre educação especial e inclusiva, foi criado um quadro analítico (inserido como apêndice neste trabalho)

discriminando os artigos por autores, o ano e o objetivo e uma síntese da conclusão; ainda que, neste TCC, não tenhamos chegado a analisar as conclusões, elas foram mantidas no quadro para possibilitar pesquisas futuras.

O próximo passo para a análise dos artigos coletados foi sua organização de modo a responder à pergunta de pesquisa: de que tratam os artigos publicados nos periódicos da região norte sobre educação especial e inclusiva? Lendo atentamente o quadro analítico, vimos que era possível agregar dois tipos de dados: por temática e tipologia de lesão a que se referiam, quando era o caso. A questão da distinção entre lesão e deficiência é proposta por Diniz (2007) a partir da discussão feita pela Upias, como discutimos na primeira seção. Ainda que sabendo que a palavra lesão não abrange a diversidade de situações relacionadas à deficiência, aqui ela é usada como metáfora da condição física que ganha destaque quando a limitação é atribuída à pessoa. Nos quadros, no entanto, aparecem as denominações conforme constam dos artigos: deficiência visual, auditiva, intelectual, surdez, síndrome de Down, autismo, cegueira, paralisia cerebral. Não entramos, porque não é objeto deste trabalho, nas questões acerca da denominação mais ou menos adequada. Nossas quantificações podem, no entanto, ajudar quem se dispuser a essa análise, mostrando como as denominações aparecem em cada artigo.

### 3 TEMÁTICAS E TIPOLOGIAS NA PRODUÇÃO AMAZÔNICA SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Nesta seção, trataremos da análise feita nos artigos pesquisados, especificamente juntando-os em duas categorias analíticas: temática e tipologia. O detalhamento das duas categorias na produção de cada estado foi, ao final, agregado numa tabela que evidencia a incidência geral de determinadas temáticas e tipologias de lesão na produção científica publicada na região norte do Brasil.

De início, sobre o estado do Acre, foram pesquisadas todas as publicações disponíveis no Portal de Periódicos da Universidade Federal do Acre (UFAC)<sup>5</sup>; foram encontradas, em busca recente (30 de novembro de 2018), trabalhos publicados com temas baseados na educação inclusiva. Ao todo, foram 24 periódicos analisados, porém, apenas dois periódicos (*South American Journal of Basic Education, Tehnical and Technological* e *Revista Anthesis*) trazem artigos sobre o tema procurado, totalizando três artigos em periódicos. Neles, aparecem as seguintes temáticas: avaliação da interação social e de aprendizagem de alunos com Síndrome de Down (ARAÚJO, BIFANO e LIMA, 2017); música para sujeitos surdos (VARGAS e SOUSA, 2017) iconicidade na produção de sinais dos surdos (CERQUEIRA e TEIXEIRA, 2016). Percebemos que, nesses três artigos, as temáticas enfatizam as possibilidades pedagógicas (interação social, aprendizagem a música e capacidades cognitiva) e não as limitações associadas à lesão, presentes em cada situação de deficiência. Nos trabalhos publicados em periódicos do estado do Acre, apareceram duas tipologias de lesão: síndrome de Down (1 artigo) e Surdez (2 artigos).

**Tabela 8: Tipologias de lesão encontradas em periódicos da UFAC**

TIPOLOGIA	INCIDÊNCIA
Síndrome de Down	1 artigo
Surdez	2 artigos

No estado do Amazonas, dentre os periódicos da UFAM<sup>6</sup> e UEA<sup>7</sup> foram encontrados 15 periódicos; destes, somente os três periódicos da UEA (Areté – Revista

<sup>5</sup> Endereço eletrônico: <<http://revistas.ufac.br/>>.

<sup>6</sup> Endereço eletrônico: <<https://ufam.edu.br/revistas-eletronicas>>.

<sup>7</sup> Endereço eletrônico: <<http://periodicos.uea.edu.br/>>.

Amazônica de Ensino de Ciências, Extensão em Revista e Revista Marupiara) continham artigos sobre educação especial e inclusiva. Nesta busca, encontrou-se 7 artigos, com as seguintes temáticas: trabalho pedagógico eficaz por meio de enriquecimento curricular para crianças com altas habilidades/superdotação (OLIVEIRA, MACHADO E REIS, 2015); uso de materiais didáticos palpáveis no ensino de física para deficientes visuais (SOUZA E PALMAS, 2016); artigos em bases de dados acerca da inclusão de estudantes com deficiência intelectual (RODRIGUES, PORTA e HARLOS, 2015); experimento envolvendo conceitos de solubilidade e temperatura para deficientes visuais (CARNEIRO, TELES, LIMA, RIZZATTI e VITORIANO, 2016); fundamentos teóricos para a elaboração de uma cartilha de Química para alunos surdos (ZAYED, MEDEIROS e RECENA, 2016); inclusão de surdos a partir de uma concepção construtivista da aprendizagem (SOUZA, AMOEDO e AZEVEDO, SOBRAL, 2016); benefícios da prática de Educação Física para alunos com Perturbações do Espectro do Autismo (PEA) (NASCIMENTO, 2017). Destacam-se, nos trabalhos publicados, a produção e adaptação de materiais didáticos no campo das ciências exatas (química e física) e as reflexões sobre métodos alternativos (construtivismo, atividades físicas, proposta de enriquecimento curricular...). Assim como na produção publicada no Acre, os textos do Amazonas mostram um enfoque mais voltado para propiciar experiências socioculturais mais ricas.

Classificando os trabalhos de acordo com as tipologias de lesão, dentre os 7 trabalhos encontrados sobre educação especial e inclusiva nos periódicos da UEA, apresentam-se cinco tipologias específicas, sendo: deficiência visual (2 artigos); altas habilidades e superdotação (1 artigo), deficiência intelectual (1 artigo), surdez (2 artigos), Transtorno do Espectro Autista (1 artigo). Surdez e deficiência visual se destacam como objeto de pesquisa dos autores encontrados.

**Tabela 09: Tipologias de lesão encontradas nos periódicos da UEA.**

<b>TIPOLOGIA</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
Deficiência Visual	2 artigos
Altas Habilidades e Superdotação	1 artigo
Deficiência Intelectual	1 artigo
Surdez	2 artigos
Perturbação do Espectro Autista	1 artigo

O estado do Amapá, como já mencionado, possui a UNIFAP e a UEAP, porém, só foi encontrado o portal de periódico da UNIFAP<sup>8</sup>, contendo o mesmo, 10 periódicos disponíveis, destes, somente dois (Revista Estação Científica e Revista Letras Escreve) continham artigos voltados ao tema da pesquisa em questão. Ao todo, foram 4 artigos encontrados, apresentando como temáticas: contribuição da psicopedagogia para a inclusão do aluno com paralisia cerebral (ALMEIDA JUNIOR, 2014); compreensão do processo de diagnóstico do autista para produzir um plano pedagógico eficaz (OBADIA, 2016); estudo da literatura existente e das políticas públicas sobre deficiência visual (SOUSA e SOUSA, 2016); opinião dos surdos sobre o uso de tecnologia em sala de aula (ZONI, 2016). As temáticas destacadas acima se relacionam com quatro tipologias de lesão sendo: paralisia cerebral (1 artigo), autismo (1 artigo), deficiência visual (1 artigo), surdez (1 artigo). Destaca-se, mais uma vez, a intencionalidade da ação pedagógica nos trabalhos analisados. Aparece, pela primeira vez em nossa análise, um trabalho que trata das políticas educacionais.

**Tabela 10: Tipologias de lesão encontradas nos periódicos da UNIFAP.**

<b>TIPOLOGIA</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
Paralisia cerebral	1 artigo
Autismo	1 artigo
Deficiência visual	1 artigo
Surdez	1 artigo

Continuando as análises, abordamos os trabalhos dos periódicos do estado do Pará. Como dissemos antes, é o estado, que mais possui universidades públicas da região norte do Brasil, e talvez por isso, foi o estado com mais artigos publicados em periódicos sobre educação especial.

Na busca de artigos relacionados ao tema procurado, foram encontrados, nos portais de periódicos das universidades públicas do Pará (UFPA<sup>9</sup>, Unifesspa<sup>10</sup>, Ufopa<sup>11</sup> e UEPA<sup>12</sup>) um total de 38 periódicos, com apenas 4 contendo artigos sobre educação especial e inclusiva. Dentro deste total de 4 revistas, foram encontrados 16 artigos, apresentando as seguintes temáticas: opiniões de professores sobre o ensino de

<sup>8</sup> Endereço eletrônico: <<https://periodicos.unifap.br/>>.

<sup>9</sup> Endereço eletrônico: <<https://periodicos.ufpa.br/>>.

<sup>10</sup> Endereço eletrônico: <<https://periodicos.unifesspa.edu.br/>>.

<sup>11</sup> Endereço eletrônico: <<http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/index>>.

<sup>12</sup> Endereço eletrônico: <<https://paginas.uepa.br/seer/>>.

matemática para alunos surdos (SILVA, SÁ e SILVA, 2015); dinâmica de organização da sala de recursos multifuncionais em termos de espaço, tempo, recursos (OLIVEIRA, LIMA e SANTOS, 2015); implementação da política de inclusão através do atendimento especializado de crianças cegas e surdas (BENTES e FRANÇA, 2015); a interface entre a educação do campo e a educação especial (RABELO e CAIADO, 2014); acesso e permanência de alunos com NEE em comunidades ribeirinhas (FERNANDES e CAIADO, 2015); conjunto de reflexões no âmbito filosófico-educacional que fundamentam a educação especial (FERRAZZO e MACIEL, 2016); identidade de professoras e atividade docente em Educação Especial (ANJOS, BRANDÃO e SOUSA, 2015); legislações que orientam o AEE para educandos surdos (SILVEIRA e OLIVEIRA, 2015); importância do trabalho integrado entre salas comuns e salas de recursos multifuncionais (RODRIGUES, 2014); discussões sobre a construção do trajeto semântico-discursivo na produção conceitual em LIBRAS (SILVA e LAVAREDA, 2014); papel dos agentes responsáveis pelas políticas e seus reflexos na diminuição das desigualdades (AZEVEDO e SOBRAL, 2016); representações sociais de professores do AEE (GONÇALVES, 2016) expressão linguística e escrita de alunos surdo cegos (NASCIMENTO, 2016); proposições que visam minimizar impactos do transtorno do espectro autista sobre os pais (GAIA, 2014); condições de trabalho do professor responsável pelo atendimento especializado no interior da Amazônia (OLIVEIRA e HELOANI, 2017). Destacam-se, nessa produção, o olhar sobre as políticas, a legislação e sua aplicabilidade, com destaque para o atendimento educacional especializado; a presença de novos sujeitos (educação do campo e comunidades ribeirinhas, professor do interior do Amazonas), e discussões conceituais interdisciplinares em que a educação dialoga com a sociologia envolvendo o lugar de gênero, representações sociais, trabalho docente.

Os artigos que tratam das temáticas acima tratam tipologias específicas em apenas 8 deles, os demais se tratando de questões mais gerais que envolvem a produção da deficiência para além da lesão. As tipologias se classificam em: surdez (3); cegueira (1); autismo (2); surdocegueira (1).

**Tabela 11: Tipologias de lesão encontradas nos periódicos da UEPA, Ufopa e UFPA.**

<b>TIPOLOGIA</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
Surdez	3 artigos
Cegueira	1 artigo

Autismo	2 artigos
Surdocegueira	1 artigo

A análise realizada nos periódicos do estado de Rondônia; esse Estado, como mencionado anteriormente, possui apenas a universidade pública Fundação Universidade de Rondônia (UNIR), contendo em seu portal de periódicos a quantidade de 24 revistas eletrônicas; destas, somente em duas foram encontrados artigos relacionados com a educação especial. As temáticas presentes nos artigos foram as seguintes; contribuição das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) para a alfabetização na escola inclusiva (PEREIRA, AMARAL e BUENO, 2014); discussão sobre currículo e inclusão escolar (COSTA, CARDOSO e SILVA, 2014); percepção de uma professora sobre o conceito de educação inclusiva (NASCIMENTO e CARRETA, 2014); multiculturalismo e surdez (OLIVEIRA e COTINGUIBA, 2015); narrativa de experiência pessoal e um surdo em Língua de Sinais na perspectiva linguística (CUNHA e COSTA, 2018). Os olhares dos pesquisadores se dirigem ao currículo e sua operacionalização, assim como às subjetividades (docentes, do surdo). Apenas 3 deles trabalham com tipos específicos de deficiência, que são: surdez (2 artigos) e deficiência intelectual (1 artigo).

**Tabela 12: Tipologias de lesão encontradas em periódicos da UNIR.**

<b>TIPOLOGIA</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
Surdez	2 artigos
Deficiência intelectual	1 artigo

O estado de Roraima conta com 9 periódicos, após procura por artigos sobre educação especial, foi encontrado apenas um trabalho relacionado, ficando como o estado com menor produção sobre esse tema, a comparado aos demais. O referido artigo apresenta uma temática original: a afetividade dos funcionários de um Centro Integrado de Atenção em relação aos alunos com deficiência (CATÃO e RIO, 2014), não discutindo tipologias específicas, porque o foco é o olhar do outro sobre o corpo lesionado.

O último estado analisado nesta pesquisa foi o do Tocantins, com 23 periódicos pesquisados, dos quais somente 4 apresentaram artigos que se relacionavam com os objetivos desta pesquisa, com 9 artigos. As temáticas se dividiram em: acessibilidade comunicacional no Núcleo de Tecnologia Assistiva do IFAM (SOUZA, BATISTA e EVANGELISTA, 2018); tecnologia assistiva cães-guia no Brasil (SOUZA e FERREIRA, 2018); papel da escola inclusiva no ensino-aprendizagem (CARDOSO e COSTA, 2015);

um panorama sobre a história da educação de surdos (MAIA, 2017); relação entre educação especial e o ensino de geografia na associação de apoio à escola Dom Pedro II em Porto Nacional - TO (SANTOS, 2018). Destacam-se, na produção do Tocantins, as aplicações tecnológicas ligadas às tecnologia assistivas; também aparece, pela primeira vez na pesquisa, relações com a história e a geografia, mostrando olhares interdisciplinares de ângulos variados sobre a questão do ensino voltado para a pessoa com deficiência. Dos 8 artigos, 2 enfocavam a surdez, um tratava de deficiências sensoriais em geral (1 artigo); e cegueira(1 artigo).

**Tabela 13: Tipologias de deficiência encontradas em periódicos da UFT.**

<b>TIPOLOGIA</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
Deficiências sensoriais	1 artigo
Cegueira	1 artigo
Surdez	2 artigos

Vimos, através das temáticas tratadas nos trabalhos, que a prática pedagógica se sobressai nas pesquisas sobre a educação especial e inclusiva, carregando em si a necessidade de abordar temas importantes na inclusão do aluno com necessidades especiais, tratando, desde a formação do professor até táticas que melhor se adequem ao ensino escolar deste aluno.

## CONCLUSOES

Para sintetizar as informações trazidas nesta seção, abordaremos abaixo um quadro com todas as tipologias de deficiência, com suas respectivas incidências a partir dos 42 artigos analisados.

**Tabela 14: Síntese das tipologias abordadas nos artigos pesquisados (às vezes um mesmo artigo trata de duas tipologias, de modo que se repete a contagem).**

<b>TIPOLOGIA</b>	<b>INCIDÊNCIA</b>
Surdez	11 artigos
Cegueira	5 artigos
Autismo	4 artigos
Deficiência intelectual (incluindo síndrome de Down)	3 artigos
Deficiências sensoriais	1 artigo
Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH)	1 artigo
Paralisia cerebral	1 artigo
Altas Habilidades e Superdotação	1 artigo
Surdocegueira	1 artigo

O quadro acima mostra a incidência dos tipos de deficiência tratados nos trabalhos realizados na região norte do Brasil, nele, vemos que a deficiência com mais frequência estudada é a surdez, com 11 artigos relacionados, seguidas pela cegueira/deficiência visual (5 artigos) autismo (4 artigos) e deficiência intelectual (3 artigos). Não há, neste TCC, como atribuir causas a tais incidências. Um estudos sobre a ampliação das iniciativas de educação de surdos na região norte e da formação de professores, com o surgimento de curso de graduação em LIBRAS, talvez pudesse explicar esse alto índice de trabalhos sobre surdez. Talvez se possa dizer o mesmo sobre cegueira/deficiência visual. Não há como negar que as limitações do campo sensorial começam a ser atendidas mais cedo no Brasil (vide a criação, por D. Pedro I, dos institutos de surdos e de cegos no Rio de Janeiro, hoje INES e IBC). O lugar do autismo nessa lista, pelo contrário, pode ter

vinculação com as muitas iniciativas no campo das políticas públicas de inclusão da criança autista, próprias desta segunda década do século XXI e quase inexistentes no passado.

O segundo modo de organizar os dados foi subdividir as temáticas abordadas nos artigos estudados. Vimos na seção anterior a diversificação de temáticas em cada estado da região norte. Embora neste TCC não pretendamos aprofundar as razões e consequências de tais escolhas temáticas, apresentamos a seguir uma tabela que organiza as temáticas tratadas nos artigos analisados, tabela que mostra claramente um movimento, nos cinco anos estudados (2014-2018), de focar a modificação da escola (pensando em ação pedagógica, recursos metodológicos, produção de material), muito mais do que a normalização e enquadramento da pessoa com deficiência. Ainda que o conceito de deficiência não se enquadre no modelo social, essa mudança de rumo apontava para perspectivas mais inclusivas do que a educação especial focada na lesão, centrando as responsabilidades pela superação no indivíduo.

**Tabela 15: Temáticas gerais abordadas nos artigos pesquisados.**

TEMÁTICAS	GRUPOS
Possibilidades pedagógicas	17 artigos (7 pesquisa de campo e 10 bibliográfico)
Produção e adaptação de materiais didáticos no campo e as reflexões sobre métodos alternativos	12 artigos (10 pesquisa de campo e 2 pesquisa bibliográfica)
Políticas, a legislação e sua aplicabilidade.	8 artigos (3 pesquisa de campo e 5 pesquisas bibliográficas)
Currículo e sua operacionalização	1 artigo (pesquisa bibliográfica)
Aplicações tecnológicas ligadas às tecnologia assistivas	4 artigos (1 pesquisa de campo e 3 pesquisa bibliográfica)

Hoje, os passos dados no âmbito da educação especial tendem a decrescer com as concepções ultrapassadas retornando às políticas públicas e com a iniciativa privada (instituições assistencialistas) assumindo a direção dessa política no Brasil. Não se sabe dos efeitos disso a longo prazo sobre a produção científica na região norte.

Nosso objetivo principal foi fazer uma análise da produção científica da região norte do Brasil, buscando mostrar de que trataram as publicações do período 2014-2018 nos periódicos disponíveis em portais das universidades públicas do norte do Brasil. Sabemos que somente foi possível chegar a essa produção graças a persistência dos grupos revolucionários de cada época, como a Upias e os grandes voluntários dessa causa, os feitos de Helena Antipoff no século XX, e muitos outros protagonistas desta história de inclusão.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, C. B. A. A Contribuição da psicopedagogia para a inclusão do aluno com paralisia cerebral. **Revista Estação Científica**. Vol. 4, nº 2, 2014.

ANJOS, H. P.; BRANDÃO, I. F. G. P.; SOUSA, I. L. Gênero, identidade e educação especial: histórias de professores. **Revista Cocar**. Edição Especial, nº 1, 2015.

ARAÚJO, J. A.; BIFANO, G. S.; LIMA, R. A. Avaliação da interação social e de aprendizagem de alunos com síndrome de Down inclusos em escolas públicas na rede regular de ensino no município de Porto Velho – RO. **South American Journal of Basic Education, Technicol and Technological**. Vol. 4, nº 1, 2017.

AZEVEDO, A. M. F.; SOBRAL, M. L. S. Políticas públicas inclusivas no Brasil e o contexto internacional: diálogos sobre inclusão e deficiência. **Revista Moara**, Edição 45 (jan-jun 2016) Estudos Linguísticos, ISSN: 0104-0944.

BENTES, J. A. O.; FRANÇA, M. P. S. G. S. A. Atendimento especializado de criança cegas e surdas em Belém do Pará: As escolas José Alvares de Azevedo e Astério de Campos. **Revista Cocar**, Belém/PA, Edição Especial, nº 1, p. 175-208, (jan/jul-2015).

BUENO, J. G. S. **A Educação do Deficiente Auditivo no Brasil - Situação Atual e Perspectivas**, Em Aberto, nº. 60, p. 25-36. 1994.

CARDOSO, E. J. S.; COSTA, E. C. **Educação inclusiva e o papel da escola no ensino-aprendizagem**. Vol. 1, n.º 1, 2015.

CARNEIRO, E. A.; TELES, V. L. G.; LIMA, R. C. P.; RIZZATTI, I. M.; VITORIANO, F. A. Experimento adaptado para estudantes com deficiência visual: estudo da relação solubilidade versus temperatura. **Revista Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências**. Vol.9 nº18, 2016.

CATÃO, S. S.; RIO, R. R.G. Afetividade dos funcionários em relação aos alunos com deficiência do Centro Integrado de Atenção à pessoa com deficiência. **Revista Examãpaku**. Vol. 7, nº 1, 2014.

CERQUEIRA, I. F.; TEIXEIRA, E. R. Iconicidade e realidade: um olhar sobre a produção de sinais dos surdos do município de Cruzeiro do Sul. **Revista ANTHESIS (Educação e letras na Amazônia ocidental)**. Vol. 4, nº 8, 2016.

COSTA, M. G. N.; CARDOSO, A. G.; SILVA, A. A. Algumas considerações sobre currículo e inclusão escolar. **Educa – Revista Multidisciplinar em Educação**. Vol. 1, nº 2, 2014.

CUNHA, B. B. B. **“Classes de Educação Especial para Deficientes Mentais: Intenção e Realidade”**, dissertação de Mestrado, São Paulo, Universidade de São Paulo. 1988.

CUNHA, E. B.; COSTA, M. G. L.; VEGINI, V. Um olhar de um surdo sobre uma narrativa. Igarapé – **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade**. Vol. 5, nº 2, 2018.

DINIZ, D. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007 (Coleção Primeiros Passos).

FERNANDES, A. P.; CAIADO, K. R. M. Evasão de alunos com necessidades educacionais em escolas ribeirinhas: limites e desafios do atendimento educacional especializado. **Revista Cocar**. Edição Especial, nº 1, 2015.

FERRAZZO, G.; MACIEL, A. C. **Fundamentos da educação especial: contribuições para uma reflexão filosófica educacional**. **Revista Cocar**. Vol.10, nº.20, 2016. GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas 2002.

GAIA, C. Autismo infantil: proposições para minimizar impactos do transtorno enfrentado pelos pais. **Revista Margens Interdisciplinar**. Vol. 8, nº 10, 2014.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GODOY, A. S. **Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais**. Rev. Administração de Empresas. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29. 1995.

GONÇALVES, A. M. O trabalho docente no atendimento educacional especializado: a apreensão das representações sociais. **Revista Moara**. Vol. 24, nº 45, 2016.

JANNUZZI, G. M. A. **A luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**, 2.a ed., Campinas, Autores Associados. 1992.

Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

LIMA, T. C. S.; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Rev. Katálysis**. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

MAIA, M. I. S. A importância da história dos surdos para o avanço da educação. **Revista Porto das Letras**. Vol. 03, Nº 01. 2017.

MATOS, M. A. S.; LEMOS, C.; BATISTA, C. P. Os planos nacional, estadual e municipal de educação e a pessoa com deficiência visual: um olhar crítico-analítico no contexto amazônico. **Amazonida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas**, [S.l.], v. 1, n. 1, jul. 2017. ISSN 2527-0141. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/amazonida/article/view/3537>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

MENDES, E. G. Breve histórico da educação especial no Brasil. **Revista Educación y Pedagogía**. Vol. 22, nº. 57, 2010.

MENDES, E. G.; MALHEIRO, C. L., Sala de recursos multifuncionais: é possível um serviço “tamanho único” de atendimento educacional especializado? In: MIRANDA,

Terezinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves (orgs). **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012. p. 343-359. NASCIMENTO, A. B.; CARRETA, P. M. Deficiência intelectual e processo inclusivo: dificuldades enfrentadas. **Educa – Revista Multidisciplinar em Educação**. Vol. 1, nº 2, 2014.

NASCIMENTO, F. A. A. A. Expressão linguística e a produção escrita de surdocegos. **Revista Moara**. Vol. 24, nº 45, 2016.

NASCIMENTO, I. V.; CARVALHO, M. B. W. B. A formação de professores no contexto de uma política de inclusão. **Revista Cocar**, Belém/PA Edição Especial nº 2, p. 98 a 114, (Ago/Dez-2016).

NOZI, G. S.; VITALIANO, C. R. Saberes conceituais necessários aos professores para a educação inclusiva. **Revista Cocar**. Vol.11, nº. 22, 2017.

OBADIA, S. A. Desvendando o autismo e a educação. **Revista Estação Científica**. Vol. 6, nº 2, 2016.

OLIVEIRA, G. I.; COTINGUIBA, M. L. P. Cultura, Poder e Educação de surdos de Nídia Regina Limeira de Sá: o contra-discurso como proposta para o processo de ressignificação da surdez e dos surdos. **Igarapé – Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade**. Vol. 1, nº 6, 2015.

OLIVEIRA, G. P.; MACHADO, A. B. L.; REIS, J. G. Um olhar para a realidade: o atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Manaus. **Revista Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências**. Vol.8, nº 15, 2015.

OLIVEIRA, I. A.; LIMA, K. S. C.; SANTOS, T. R. L. A organização da sala de recursos multifuncionais em escolas públicas: espaço, tempo e atendimento escolar. **Revista Cocar**. Edição Especial, nº 1, 2015.

OLIVEIRA, L. A.; HELOANI, J. R. Identidade, condições de trabalho realização profissional do professor que atende o aluno com deficiência no interior da Amazônia paraense. **Revista Exitus**. Vol. 7, nº 3, 2017.

PEREIRA, C. J. T.; AMARAL, N. F. G.; BUENO, J. L. P. Alfabetização e tecnologias da informação e comunicação para currículo democrático e inclusivo. **Educa – Revista Multidisciplinar em Educação**. Vol. 1, nº 1, 2014.

RABELO, L. C. C.; CAIADO, K. R. M. Educação especial em Escolas do Campo: um estudo sobre o sistema Municipal de Ensino de Marabá. **Revista Cocar**. Vol. 8, nº 15, 2014.

RODRIGUES, I. E. Salas de recursos multifuncionais e salas regulares: uma parceria imprescindível ao processo de inclusão educacional. **Revista Cocar**. Vol. 8, nº 15, 2014.

RODRIGUES, I. E. Salas de recursos multifuncionais e salas regulares: uma parceira imprescindível ao processo de inclusão educacional. **Revista Cocar**, Belém/PA, Vol. 08, nº 15, p. 41 a 47, (Jan/Jul-2014).

RODRIGUES, V.; PORTA, W. C. S.; HARLOS, F. C. G. Análise das produções científicas voltadas para educação especial em uma perspectiva inclusiva de estudantes com deficiência intelectual. **Revista Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências**. Vol.8 nº17, 2015.

SANTOS, R. S. Educação especial e o ensino de geografia na associação de apoio à escola Dom Pedro II em Porto Nacional – TO. **Revista Produção Acadêmica**. Vol. 4, nº 1, 2018.

SILVA, C. M.; NASCIMENTO, H. T. B. Perturbações do espectro do autismo: uma revisão bibliográfica dos benefícios da prática de educação física em alunos com necessidades educativas especiais. **Revista Marupiara**. Vol. 2, nº 2, 2017.

SILVA, H. C. M.; SÁ, P. F.; SILVA, M. P. S. C. A opinião de professores sobre o ensino de matemática para alunos surdos. **Revista Cocar**. Edição Especial, nº 1, 2015.

SILVA, M. P. S. C.; LAVAREDA, W. D. C. Surdez: documentos oficiais e produção social dos sentidos: a legitimação de outras construções literárias. **Revista Cocar**. Vol. 8, nº 15, 2014.

SILVA, S. M.; LIMA, S. F. A. Educação inclusiva no ensino fundamental. **Revista Anthesis**. Cruzeiro do Sul/AC, ano 05, nº 07, 2016.

SILVEIRA, A. P.; OLIVEIRA, W. M. M. Imagens e sentidos de professores surdos sobre o atendimento educacional especializado. **Revista Cocar**. Edição Especial, nº 1, 2015.

SIQUEIRA, K. K.; MESQUITA, P. P. A leitura no processo de inclusão educacional de alunos deficientes físicos: uma análise bibliográfica. **Revista Decifrar**, Manaus/AM, Vol. 04, nº07, p. 179 a 190, (Jan/Jun-2016).

SOUSA, A. C. L. L.; SOUSA, I. S. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Revista Estação Científica**. Vol. 6, nº 3, 2016.

SOUSA, A. C. L.; SOUSA, I. S. A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar. **Estação Científica** (UNIFAP). Macapá/AP. v.6, nº 3, p. 41-50, (set/dez-2016).

SOUZA, D. P.; BATISTA, C. P.; EVANGELISTA, Y. S. P. Acessibilidade comunicacional na educação: a experiência do núcleo de tecnologia assistiva do IFAM na adaptação de materiais didáticos e paradidáticos. **Revista Observatório**. Vol. 4, nº 3, 2018.

SOUZA, F. C. S.; PALMA, F. R. C. Proposta de um sistema de representação da reflexão da luz em um espelho esférico para alunos com deficiência visual. **Revista Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências**. Vol.9 nº20, 2016.

SOUZA, M. D.; FERREIRA, L. A. A tecnologia assistiva cães-guia no Brasil: uma ação do programa Viver sem Limites. **Revista Observatório**. Vol. 4, nº 3, 2018.

SOUZA, R. S.; AMOEDO, F. K. F.; AZEVEDO, M. J. S. Aprendendo Libras no contexto das escolas do Campo no Município de Parintins – AM. **Extensão em revista**. Vol. 1, nº1, 2016.

TENENTE, L. **Total de alunos com deficiência em escolas comuns cresce 6 vezes em 10 anos**. 2016. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/total-de-alunos-especiais-em-escolas-comuns-cresce-6-vezes-em-10-anos.ghtml>> Acesso em: Dezembro de 2018.

VARGAS, V. G. L.; SOUSA, A. M. Música para sujeitos surdos: expressividades e paralinguagem. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**. Vol. 4, nº 1, 2017.

ZAYED, G. H.; MEDEIROS, M. M.; RECENA, M. C. P. ZAYED, G. H.; MEDEIROS, M. M.; RECENA, M. C. P.. Cartilha sobre conceitos básicos de química para inclusão de alunos surdos em sala de aula. **Revista Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências**. Vol.9 nº19, 2016.

ZONI, M. Marcas identitárias do sujeito surdo na escrita de artigos de opinião: uma marca da ou reflexo da cultura ouvinte?, **Revista Letras Escreve**. Vol. 6, nº 2, 2016.

## APÊNDICES

## ARTIGOS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO EM PERIÓDICOS DAS UNIVERSIDADES DA REGIÃO NORTE

Quadro: Acre UFAC

PERIÓDICO	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
South American Journal of Basic Education, Technicol and Technological	Avaliação da interação social e de aprendizagem de alunos com síndrome de Down inclusos em escolas públicas na rede regular de ensino no município de Porto Velho – RO	ARAÚJO, Juscélia Araújo; BIFANO, Glauciane da Silva; LIMA, Renato Abreu.	Vol. 4, nº 1, 2017	Realizar estudo qualitativo e quantitativo com professores para avaliar a interação social e de aprendizagem dos alunos com Síndrome de Down inclusos em escolas públicas da rede regular de ensino no município de Porto Velho-RO.	Portanto, o que se busca enfatizar nesta pesquisa, é que mesmo em condições adversas, isso não impede as crianças de receberem uma educação, pois todos os professores afirmaram que é possível uma alfabetização, um aprendizado das crianças inclusas na rede regular de ensino.
	Música para sujeitos surdos: expressividades e paralinguagem.	VARGAS, Vivian Gonçalves Louro; SOUSA, Alexandre Melo.	Vol. 1, nº 1, 2017	Mostrar como a música é sentida pelos surdos. Inicia-se relatando a estranheza da autora, ouvinte, no princípio de seu contato com as pessoas surdas ao perceber o interesse deles pela música.	Finaliza-se enfatizando que a música é para todos, tendo cada um o direito de admirá-la e vivenciá-la de acordo com suas possibilidades e vontades, sendo essa importante sim na vida social dos surdos e interferindo em seu desenvolvimento.
Revista ANTHESIS (Educação e letras)	Iconicidade e realidade: um olhar sobre a produção de sinais dos	CERQUEIRA, Ivanete de Freitas; TEIXEIRA, Elizabeth Reis.	Vol. 4, nº 8, 2016	Verificar como a iconicidade, processo cognitivo que reflete a semelhança entre o	Os sujeitos não se colocam do ponto de vista de quem seja consumidor deste produto, mas da perspectiva de quem trabalha

na Amazônia ocidental)	surdos do município de Cruzeiro do Sul			significante e o significado, manifesta a realidade individual e coletiva do usuário de língua de sinais.	ou vê trabalharem essa matéria- prima. Desse modo, notou-se que as experiências coletivas também interferem na produção dos sinais, ainda que a subjetividade dos indivíduos não lhes permita ver os fatos sob um mesmo prisma. Isso significa que os sinais, mesmo quando gerados a partir de uma experiência coletiva, são singulares.
---------------------------	---	--	--	--	--

Quadro: Amazônia UEA

<b>PERIÓDICO</b>	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
------------------	--------	---------	-------------	--------------------	----------------------

Revista Areté – Revista Amazônica de Ensino de Ciências	Um olhar para a realidade: o atendimento educacional especializado na rede municipal de ensino de Manaus.	OLIVEIRA, Geysykaryny Pinheiro; MACHADO, Andrezza Belota Lopes; REIS, Joab Grana.	Vol.8, nº 15, 2015	Compreender a necessidade de um trabalho pedagógico eficaz, que estimule os talentos dos estudantes com AH/S por meio do enriquecimento curricular, garantindo um ambiente propício, bem como dos processos de enriquecimento curricular que contribua para o atendimento das necessidades educativas desses estudantes.	O AEE realizado pela equipe da educação especial da Semed é muito importante para o desenvolvimento dos estudantes com características de AH/S indicados pelos professores da rede municipal de ensino, porém, ainda existem muitos desafios para sua realização, tais como: a necessidade de ampliação de políticas públicas; dificuldade na identificação dos estudantes; desconhecimento da temática por parte dos professores; necessidade do apoio de profissionais das diversas áreas do conhecimento.
	Proposta de um sistema de representação da reflexão da luz em um espelho esférico para alunos com deficiência visual.	SOUZA, Flaviane Cristine Santos; PALMA, Francisco Rodrigo Chagas.	Vol.9 nº20, 2016	contribuir para o ensino e a aprendizagem da Física para estudantes com deficiência visual a partir do uso de materiais didáticos palpáveis, visto que os recursos didáticos oferecidos pela maioria das escolas são unicamente visuais.	O material produzido torna-se útil para demonstrações das teorias envolvidas no comportamento dos feixes luz incidentes em espelhos esféricos para alunos com deficiência visual, assim como para a própria compreensão de suas especificidades físicas, tornando-se uma ferramenta útil ao docente em sua prática e contribuindo para a diminuição da limitação destes alunos em relação à compreensão dos conteúdos de física.

	<p>Análise das produções científicas voltadas para educação especial em uma perspectiva inclusiva de estudantes com deficiência intelectual</p>	<p>RODRIGUES, Viviane; PORTA, Wilma Carin Silva; HARLOS, Fabiana Cristina Giehl.</p>	<p>Vol.8 nº17, 2015</p>	<p>Analisar os artigos indexados nas bases de dados CAPES, LILACS, MEDLINE e SciELO acerca da Inclusão escolar de alunos com deficiência Intelectual, no período de 2000 a 2012.</p>	<p>Este trabalho possibilitou a percepção de que a produção científica sobre inclusão escolar de alunos com DI precisa voltar-se às propostas de intervenção que favoreçam o aluno com DI e ao mesmo tempo sejam possíveis de serem desenvolvidas pelo professor na sala de aula, considerando os aspectos que dificultam a sua prática, como por exemplo, o número de alunos por sala, a formação profissional e o tempo de elaboração de seu planejamento diário.</p>
	<p>Experimento adaptado para estudantes com deficiência visual: estudo da relação solubilidade versus temperatura</p>	<p>CARNEIRO, Eudocha de Almeida; TELES, Vânia de Lourdes das Graças; LIMA, Régia Chacon Pessoa de; RIZZATTI, Ivanise Maria; VITORIANO Felipe A.</p>	<p>Vol.9 nº18, 2016.</p>	<p>Adaptar um experimento envolvendo conceitos de solubilidade e temperatura para estudantes deficientes visuais da rede pública estadual de ensino de Boa Vista/RR, utilizando o Termômetro Acessibilidade (TA) que visa auxiliar a experimentação no ensino de química para deficientes visuais e auditivos.</p>	<p>Contudo, sabemos que ainda há uma diversidade de problemas a ser sanado, sendo possível observar através da metodologia utilizada no presente trabalho que os alunos com necessidades especiais precisam de mais espaço dentro da sala de aula e na comunidade escolar. Além disso, é necessário que a busca por novos métodos dentro do ensino para estes estudantes se torne cada vez mais crescente.</p>
	<p>Cartilha sobre conceitos básicos de química para inclusão de alunos surdos em sala de aula</p>	<p>ZAYED, Gabriel Hamed; MEDEIROS, Monaliza Martins; RECENA, Maria Celina Piazza.</p>	<p>Vol.9 nº19, 2016.</p>	<p>Relatar os fundamentos teóricos para a elaboração do material, bem como a aplicação em sala de aula e a avaliação dos resultados com</p>	<p>A estratégia de aplicação da Cartilha sobre Conceitos Básicos de Química, que incluiu a formação de grupos com alunos surdos e os demais</p>

				alunos surdos, em duas turmas de ensino médio de uma escola pública.	ouvintes, a leitura do material, bem como das instruções e desenvolvimento das atividades propostas, incentivou a participação ativa dos alunos surdos com independência do professor e do intérprete. Assim, contribuindo para o desenvolvimento social dos alunos surdos, pois delineou uma oportunidade de integração com os seus colegas ao resolverem juntos as situações de aprendizagem propostas.
Extensão em revista	Aprendendo Libras no contexto das escolas do Campo no Município de Parintins – AM	SOUZA, Reana da Silva; AMOEDO, Francisca Keila de Freitas; AZEVEDO, Marlon Jorge Silva.	Vol. 1, nº1, 2016	Levar uma reflexão e discussão a cerca do tema abordado tendo como ponto de partida a inclusão a partir de uma concepção construtivista da aprendizagem, concomitantemente nas escolas do campo.	Portanto, deu-se a importância deste projeto que viu através da educação a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania, sendo que através da Língua de Sinais temos uma das alternativas para contribuir com a comunidade surda e difundir tal língua. Enfim, enquanto houver dois surdos no mundo e eles se encontrarem, sempre haverá o uso de sinais.
Revista Marupiara	Perturbações do espectro do autismo: uma revisão bibliográfica dos benefícios da prática de educação física em alunos	SILVA, Clodoaldo Matias; NASCIMENTO, Herica Thayse Barboza.	Vol. 2, nº 2, 2017	Conhecer os benefícios da prática de Educação Física (EF) junto aos alunos com PEA. O método adotado para	Comenta-se que os professores de Educação Física têm a função de promover o estímulo as necessidades e potencialidades, dos alunos com NEE, adaptando

	com necessidades educativas especiais			a efetivação desta pesquisa foi o dedutivo.	às atividades de acordo com suas peculiaridades. Como se asseverou nesse estudo, o profissional de Educação Física não pode esquecer, que quando possui alunos com NEE, deve-se tratá-los da mesma maneira com que se tratam os outros alunos.
--	---------------------------------------	--	--	---	--

Quadro: Amapá UNIFAP

PERIÓDICO	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
Revista Estação Científica	A Contribuição da psicopedagogia para a inclusão do aluno com paralisia cerebral	JÚNIOR, Claudovil Barroso de Almeida	Vol. 4, nº 2, 2014	Analisar como a psicopedagogia contribuirá para a inclusão deste aluno e, compreender como as estratégias pedagógicas utilizadas pelo psicopedagogo servirão para a inserção do educando.	considera-se que a atuação do psicopedagogo junto ao educando com paralisia cerebral tem características colaborativas, por procurar modificar as estruturas organizacionais do sistema de ensino, como também o redimensionamento das percepções dos profissionais que atendem este aluno, em razão de estes desenvolverem interdisciplinarmente as potencialidades do educando, ao acreditar no progresso expressivo das dimensões cognitivas, afetivas e sociais do mesmo, com possibilidades de independência e autonomia por meio da sua inclusão socioeducacional.

	Desvendando o autismo e a educação	OBADIA, Sheyla Alves	Vol. 6, nº 2, 2016.	Apresentar o percurso histórico acerca do autismo, compreender o processo para se chegar ao diagnóstico estudar a importância das relações familiares e o histórico de crianças autistas, para, a partir daí, ser possível construir-se um plano pedagógico eficaz que possa ser direcionado a essas crianças.	Muito ainda há de se pesquisar para buscar a causa desse transtorno do desenvolvimento. O que podemos fazer é promover a pessoa autista condições de ter uma vida mais digna, motivando-o de modo a despertar.
	A inclusão de alunos com deficiência visual no âmbito escolar	SOUSA Ana Cleia da Luz Lacerda; SOUSA Ivaldo Silva.	Vol. 6, nº 3, 2016.	Analisar a literatura existente e as políticas públicas direcionadas ao tema, bem como fomentar a importância da qualificação dos educadores para a educação especial priorizando o desenvolvimento da criticidade no ambiente escolar.	A educação Inclusiva para se fortalecer exige uma participação efetiva da escola, da sociedade e do governo. É preciso um trabalho em parceria, a fim de proporcionar aos educandos com necessidades especiais, um tratamento peculiar, conforme a deficiência e o grau em que ela se apresenta.
Revista Letras Escreve	Marcas identitárias do sujeito surdo na escrita de artigos de opinião: uma marca da ou reflexo da cultura ouvinte?	ZONI, Martha	Vol. 6, nº 2, 2016.	Analisar a posição do sujeito surdo na produção do gênero Artigo de Opinião.	A análise dos dados demonstrou que a minoria defendeu o uso da tecnologia na sala de aula. Grande parte dos surdos optou por ir contra o uso de celulares, smartphones e tablets em sala, alegando que os mesmos atrapalhavam a aula. Essa questão leva-nos a pensar que falta “voz” e vez aos surdos no Amapá e que eles ainda se baseiam na cultura majoritária-

					ouvinte apesar de suas reais necessidades quanto à melhor forma de ser, aprender e estar na escola.
--	--	--	--	--	---

Quadro: Pará UEPA

PERIÓDICO	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
	A opinião de professores sobre o ensino de matemática para alunos surdos	SILVA, Hugo Carlos Machado; SÁ, Pedro Franco; SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Cardoso.	Edição Especial, nº 1, 2015.	Analisar as opiniões de professores de Matemática a respeito do ensino e da aprendizagem dessa disciplina por alunos surdos no cenário atual.	A partir do exposto, sugerimos, para estudos posteriores, a investigação de formas mais acessíveis para a compreensão dos assuntos de maior dificuldade por parte dos alunos com surdez, através de metodologias de ensino que melhor atendam às especificidades destes alunos e que possibilitem um rendimento satisfatório em uma classe regular de ensino. Partindo de reflexões sobre o fazer docente, é possível vislumbrar variadas formas que podem favorecer o aprendizado do aluno com surdez, abrindo uma série de possibilidades para seu ensino.
	A organização da sala de recursos multifuncionais em escolas públicas: espaço, tempo e atendimento escolar.	OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; LIMA, Kátia do Socorro Carvalho;	Edição Especial, nº 1, 2015.	Analisar a dinâmica de organização em termos de espaço, tempo, recursos e atendimento em Salas de Recursos Multifuncionais de	Entendemos que as principais mudanças no espaço-tempo educativo nas escolas devem ocorrer tanto no que tange aos

		SANTOS, Tânia Regina Lobato.		escolas públicas na cidade de Belém, no Pará (PA), e se a forma como estão elas organizadas favorecem ou não o processo de ensino e aprendizagem dos educandos com deficiência.	professores quanto em relação à participação dos alunos na sala comum e SRM, pois o horário de atendimento ainda se encontra relacionado ao cronosistema da escola básica, com tempos marcados, como afirma Escolano Benito (2000). Assim, no tempo de aula destinado à sala comum, ou no contraturno, o que vai definir esta temporalidade no atendimento é o nível de participação e envolvimento da família e da escola.
	Atendimento especializado de crianças cegas e surdas em Belém do Pará: as escolas José Alvares de Azevedo e Astério de Campos	BENTES, José Anchieta de Oliveira; FRANÇA, Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino.	Edição Especial, nº 1, 2015.	Compreender como as unidades especializadas José Alvares de Azevedo e Professor Astério de Campos se configuraram para a implementação da política de inclusão, focalizando o que fundamenta essa nova perspectiva para atender as diferenças, entre anos de 1990 e 2014.	Parece-nos que a política do AEE ora se aproxima, ora se afasta de uma tendência normalizadora. Aproxima-se quando não modifica o currículo, não altera as relações e as atitudes; afasta-se quando o professor do AEE consegue produzir recursos, implementar metodologias, alcançar a potencialidade do aluno e, através de um ensino individualizado, auxiliar na sua aprendizagem.
	Educação especial em Escolas do Campo: um estudo sobre o sistema	RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante;	Vol. 8, nº 15, 2014.	Analisar a interface entre a Educação do Campo e a Educação Especial, buscando	Dada à escassez de estudos que enfocam a interface da educação e educação especial, é salutar o

	Municipal de Ensino de Marabá	CAIADO, Katia Regina Moreno.		conhecer essa relação em escolas do campo de distritos rurais de Marabá, PA.	desenvolvimento de pesquisas que analisem a dinâmica da prática pedagógica dos professores que trabalham com alunos público-alvo da educação especial, as condições das escolas que os recebem, as matrículas do censo escolar e o confronto com os dados informados pelas secretarias de educação que tem revelado discrepâncias que precisam ser analisadas. Desse modo, será possível reunir subsídios científicos capazes de fundamentar políticas públicas para a educação do campo, comprometida com todos os alunos indistintamente.
	Evasão de alunos com necessidades educacionais em escolas ribeirinhas: limites e desafios do atendimento educacional especializado	FERNANDES, Ana Paula; CAIADO, Katia Regina Moreno.	Edição Especial, nº 1, 2015.	Analisar o acesso e permanência de alunos com Necessidades Educacionais Especiais em escolas das comunidades ribeirinhas de Belém, no Pará (PA).	A luta pela terra e por condições de vida dignas no campo permanece um desafio atual, pois é uma das causas do alarmante número de escolas do campo fechadas no país nos últimos anos; é alarmante, também, o silêncio dos pesquisadores na área da Educação Especial sobre a vida e a escolarização de pessoas e alunos com deficiência que vivem no campo. No entanto, os dados oficiais do censo demográfico e do censo escolar mostram que há pessoas com

					deficiência que vivem no campo e que estudam, cabendo aos movimentos sociais, aos professores e aos pesquisadores compromissados com a dignidade da vida e do direito à escola construir uma agenda de trabalho que considere a Educação Especial no campo.
	Fundamentos da educação especial: contribuições para uma reflexão filosófica educacional	FERRAZZO, Gedeli; MACIEL, Antônio Carlos.	Vol.10, nº.20, 2016	Identificar, de maneira introdutória e, portanto, sujeita a algumas simplificações, o conjunto de reflexões pelas quais se explicita os fundamentos da Educação Especial no âmbito filosófico-educacional; para compreender as concepções e as proposições elaboradas pelo discurso inclusivo estão relacionadas no atual momento histórico.	As concepções filosófico-educacionais, que fundamentam a proposta de uma educação especial inclusiva, não poderiam ser divergentes das necessidades atuais do processo de reprodução capitalista. Nessa perspectiva, a concepção interacionista se coloca como a concepção mais afinada com a proposta inclusiva, já que cumpre a função primordial de adaptar os indivíduos à condição econômica, política e social, imposta pelo atual padrão de acumulação do capital.
	Gênero, identidade e educação especial: histórias de professores	ANJOS, Hildete Pereira; BRANDÃO, Ingrid Fernandes Gomes Pereira; SOUSA, Iselene Labres.	Edição Especial, nº 1, 2015.	Compreender a atividade docente em Educação Especial a partir dos modos como vai se constituindo a identidade das professoras.	Pensar a organização escolar exige, portanto, refletir sobre as marcas e concepções arraigadas socialmente sobre o que se designa masculino e feminino, ou seja, é importante recorrer ao conceito de gênero para discutir a produção cultural da escola, e, por consequência, da identidade

					<p>docente. A constituição da noção de trabalho docente perde muito da noção de trabalho, de profissão, para assumir aspectos das relações interpessoais mais próximas (a maternidade), por um lado, e, por outro, da militância, no sentido de considerar a Educação uma missão. Identidade de gênero (a partir dos estereótipos) e identidade docente das professoras das Salas de Recursos se imbricam, podendo se explicar mutuamente, dentro dos modos culturais da produção das identidades.</p>
	<p>Imagens e sentidos de professores surdos sobre o atendimento educacional especializado</p>	<p>SILVEIRA, Andréa Pereira; OLIVEIRA, Waldma Maíra Menezes.</p>	<p>Edição Especial, nº 1, 2015.</p>	<p>identificar as legislações que orientam o AEE para com educandos surdos na SRM; caracterizar desenvolvimento do AEE Bilíngue para educandos surdos; e problematizar a relação do AEE Bilíngue na Sala de Recursos Multifuncionais com a inclusão escolar.</p>	<p>A perspectiva inclusiva compreende, assim, a promoção do aprimoramento dos professores para trabalharem com os diferentes alunos, considerando-se não só os educandos com deficiência, mas todos, por meio do respeito e da valorização de suas identidades culturais. Isso implica, na prática de ensino e aprendizagem com o educando surdo, que o educador deve pesquisar novas metodologias que conduzam esse aluno ao conhecimento, para que este seja significativo, prazeroso e ativo, bem como deve respeitar a sua</p>

					peculiaridade linguística, a qual requer metodologias de cunho visual.
	Salas de recursos multifuncionais e salas regulares: uma parceria imprescindível ao processo de inclusão educacional	RODRIGUES, Irene Elias.	Vol. 8, nº 15, 2014.	Evidenciar a importância do trabalho integrado entre os profissionais que atuam em salas regulares com proposta inclusiva e os que atuam nas salas de recursos multifuncionais, estabelecendo parâmetros de similaridades e divergências na execução desse binômio.	A parceria entre a sala regular e a sala de recursos multifuncionais é uma condição imprescindível para o sucesso da inclusão educacional. É na troca de informações, entre os professores, que se realiza a reflexão e o replanejamento da ação educativa que vai gerar novas oportunidades de aprendizagem para o aluno e isso só é possível quando a humildade superar a arrogância, a soma superar a subtração, o comprometimento superar o compromisso e o amor superar a ignorância. Vencidos esses obstáculos, educadores e educandos estarão sendo beneficiados com a construção de uma sociedade cidadã.
	Surdez: documentos oficiais e produção social dos sentidos: a legitimação de outras construções literárias	SILVA, Maria do Perpétuo Socorro Cardoso: LAVAREDA, Welton Diego Carmim.	Vol. 8, nº 15, 2014.	Intensificar discussões sobre a construção do trajeto semântico-discursivo de um determinado conceito.	todo discurso tem sua história, a dos surdos, inicialmente, esteve condicionada às condições médicas, mesmo que não lhes agradassem, porém, à medida que foram se afastando desse vínculo, por muitas necessidades, eles iniciaram vários pontos de resistência, reoperacionalizando toda

					discursividade que atravessa a cronologia das representações conceituais, o que atribuiu uma nova dinamicidade para a solidificação da Língua Brasileira de Sinais como língua materna dos surdos. Portanto, acreditamos que o retorno deste estudo aos surdos e aos ouvintes impulsiona a necessidade de uma ética diferenciada, em que a lógica semântico-discursiva também seja levada em consideração no ato da enunciação, como mais uma forma de compreensão e inclusão social.
--	--	--	--	--	---

Quadro: Pará UFPA

<b>PERIÓDICO</b>	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
Revista Moara	Políticas públicas inclusivas no Brasil e o contexto internacional: diálogos sobre inclusão e deficiência	AZEVEDO, Alexandre Mauricio Fonseca; SOBRAL, Maria Lizete Sampaio.	Vol. 24, nº 45, 2016.	Analisar o papel dos agentes responsáveis por esse movimento que incrementa a construção e aplicação das políticas públicas na perspectiva da Educação Inclusiva; refletir sobre o fenômeno da inclusão, dentro do panorama atual de discussões, estudos e práticas	o campo de interlocução entre essas dimensões distintas que atuam em relação à deficiência e à inclusão deve ser aprofundado na essência existência humana, uma vez que trata não só sobre igualdade entre os homens em seu meio, mas também manifesta as particularidades interessantes entendidas como

				voltadas para o que se entende como diminuição das desigualdades, e ainda, tratar sobre aspectos específicos a esse processo, considerando propostas que façam parte das diretrizes sócio-inclusivas, definidoras de ações voltadas a tais objetivos sociais.	diferenças, que constitui a própria riqueza da vida social.
	O trabalho docente no atendimento educacional especializado: a apreensão das representações sociais	GONÇALVES, Arlete Marinho.	Vol. 24, nº 45, 2016.	Apreender as representações sociais de professores sobre o trabalho docente dos que atuam na educação especial.	As Representações dos professores do Atendimento educacional Especializado acerca do trabalho docente com alunos público alvo da educação especial revelou que a maioria dos profissionais que atuam com esses educandos necessitam de duas formas para dar conta do processo ensino aprendizagem: a afetividade e o comprometimento. Essas duas características foram acentuadas com o desvelamento do Núcleo Central das RS quando traz como principais palavras à responsabilidade, a paciência e a compreensão.
	Expressão linguística e a produção escrita de surdocegos	NASCIMENTO, Fatima Ali Abdalah Abdel	Vol. 24, nº 45, 2016.	Relacionar a expressão linguística ao registro escrito de pessoas surdocegas.	De modo efetivo, os dados obtidos revelaram a importância da ampliação do contato das pessoas surdocegas com a diversidade de gêneros textuais para que possam ampliar vocabulário e apropriar-se de

					<p>estruturas da língua escrita de forma accidental. Os trechos dos textos analisados expressam o uso da língua escrita como decorrente de uma atividade cognitiva interna dos sujeitos, na busca de estabelecer as relações de conhecimento internas - motivação intrínseca para o contato a distância - com a dinâmica dos processos externos e sociais de construção de sentidos. O ensino da língua portuguesa na modalidade escrita, com metodologia especializada, pode ser o diferencial para que o surdocego utilize o sistema linguístico de modo eficaz e adequado no exercício crítico, reflexivo e atuante da própria cidadania.</p>
<p>Revista Margens Interdisciplinar</p>	<p>Autismo infantil: proposições para minimizar impactos do transtorno enfrentado pelos pais</p>	<p>GAIA, Carlos</p>	<p>Vol. 8, nº 10, 2014.</p>	<p>Contribuir com proposições que visam minimizar impactos do transtorno autista enfrentado pelos pais.</p>	<p>as estratégias de enfrentamento pelos pais, suporte social, o uso de medicamentos pelas crianças e os programas de treinamento dos pais são fortes aliados, tanto para a diminuição dos sintomas apresentados pelas crianças como para a redução do nível de estresse dos pais. Portanto, consideramos que, além dos aconselhamentos, das orientações, do apoio social por meio das instituições de atendimento às crianças,</p>

					principalmente pelos trabalhos terapêuticos como alternativas para se obter o sucesso no tratamento do problema, é extremamente necessário que o poder público nas esferas federal, estadual e municipal imprima ações que articulem políticas públicas educacionais e familiares para o melhor atendimento das famílias que são acometidas pelo transtorno autista.
--	--	--	--	--	--

Quadro: Pará UFOPA

PERIÓDICO	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
Revista Exitus	Identidade, condições de trabalho realização profissional do professor que atende o aluno com deficiência no interior da Amazônia paraense	OLIVEIRA Lídia Alves; HELOANI, José Roberto	Vol. 7, nº 3, 2017.	compreender as condições de trabalho do professor que atende o aluno com deficiência, em escola regular, na Amazônia Paraense e a relação com a constituição identitária desse docente. A coleta de dados foi realizada com cinco professoras, através da técnica de Grupo Focal.	Entendemos que, mesmo diante de percalços e dificuldades enfrentadas pelas professoras no Interior da Amazônia paraense, no atendimento ao aluno com deficiência, as mesmas conseguem superar até mesmo as expectativas de um atendimento preconizado pelas políticas de Educação em tempo Integral.

Quadro: Rondônia UNIR

PERIÓDICO	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
-----------	--------	---------	-------------	--------------------	----------------------

Educa – Revista Multidisciplinar em Educação	Alfabetização e tecnologias da informação e comunicação para currículo democrático e inclusivo	PEREIRA Cláudia Justus Tôres; AMARAL Nair F. Gurgel; BUENO José Lucas Pedreira.	Vol. 1, nº 1, 2014.	Busca refletir sobre como as TIC podem contribuir para uma prática docente alfabetizadora democrática, para transformar a alfabetização em um momento de aprendizagem de habilidades e competências necessárias para o educando ser considerado um sujeito letrado e agente em seu meio sociocultural.	A inserção de práticas inclusivas no currículo, utilizando as novas tecnologias da informação e comunicação nas atividades didático-metodológicas desenvolvidas pelos professores deve ser um dos objetivos contemplados pela escola que pretende ser inclusiva, multicultural e democrática.
	Algumas considerações sobre currículo e inclusão escolar	COSTA, Michele Gomes Noé; CARDOSO, Adriana Gustavo; SILVA, Analton Alves.	Vol. 1, nº 2, 2014,	Apresentar uma discussão sobre currículo e inclusão escolar. Apresenta conceitos baseados na definição de currículo formal e informal, além de abordar sua significação no contexto social, baseada em autores como Sacristán, Mantoan, Mazzota e legislações específicas.	O professor em sua práxis necessita ter sensibilidade na acolhida desta diversidade, pois, de nada adianta se ter um currículo inclusivo atento as necessidades coletivas e não ter ações que promovam esta inclusão. A diversidade no Brasil aponta na mesma proporção do sua dimensão, e é de tamanha importância existir uma escola que acolha as necessidades das pessoas com necessidades educacionais específicas com atitudes tanto em sala de aula como externamente a ela.
	Deficiência intelectual e processo inclusivo: dificuldades enfrentadas	NASCIMENTO, Alessandra Bertasi; CARRETA, Priscila Maciel.	Vol. 1, nº 2, 2014.	Analisar a percepção de uma professora sobre o tema, aplicou-se uma entrevista estruturada sobre o conceito	Os resultados obtidos afirmam a hipótese inicial de que a escola carece de formação profissional, apoio técnico para trabalho

				de educação inclusiva, a participação em ações de educação continuada, possíveis impedimentos para essa participação, dificuldades encontradas para a concretização do processo inclusivo e sugestões para viabilizá-lo.	colaborativo e a oferta de condições para o atendimento educacional às especificidades do alunado em tela. Constatam-se, historicamente, grandes mudanças no processo de atendimento a alunos com deficiência intelectual, entretanto, ainda há muito a se avançar a fim de que possamos dar oportunidades de acesso e sucesso a todos no interior das escolas.
Igarapé – Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade	Cultura, Poder e Educação de surdos de Nídia Regina Limeira de Sá: o contra-discurso como proposta para o processo de ressignificação da surdez e dos surdos.	OLIVEIRA, Geralda Iris COTINGUIBA, Marília Lima Pimentel	Vol. 1, nº 6, 2015.	Pretende trazer as discussões desenvolvidas na obra “Cultura, poder e educação de surdos” como sendo veiculadoras de uma postura que assume traços da concepção pós-colonialista.	Como proposta aos discursos verificados a respeito da surdez e dos surdos, a autora aponta alternativas embasadas em novas políticas de significação e no multiculturalismo para iniciar um processo desconstrução de conceitos e ressignificação da surdez e dos surdos.
	Um olhar de um surdo sobre uma narrativa	CUNHA, Eduardo Balbuena; COSTA, Miriã Gil de Lima; VEGINI Valdir.	Vol. 5, nº 2, 2018	Apresentar uma narrativa de experiência pessoal sob o olhar de um surdo, analisá-la segundo a perspectiva de William Labov e ressaltar a importância da inserção e absorção da língua de sinais pela sociedade.	Evidentemente que este trabalho, em relação à riqueza de detalhes contidas na narrativa de experiência pessoal estudada, é limitado, pois não aborda todos os conceitos do modelo laboviano, convém aprofundar a pesquisa. Entretanto, em relação à cultura surda e a língua de sinais, ele cumpre um papel inclusivo e reflete na importância da prática da Libras

					também na cultura oral da sociedade brasileira.
--	--	--	--	--	---

Quadro: Roraima UFRR

PERIÓDICO	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
Revista Examãpaku	Afetividade dos funcionários em relação aos alunos com deficiência do Centro Integrado de Atenção à pessoa com deficiência.	CATÃO, Shirlei dos Santos; RIO, Rejane Risia Gonçalves.	Vol. 7, nº 1, 2014.	Estudar a afetividade dos funcionários em relação aos alunos com deficiência que frequentam o Centro.	A inclusão dos alunos com deficiência no contexto social impõe aos funcionários que trabalham nas instituições de ensino que atendem às pessoas com deficiência, um grande desafio, promover uma educação que de fato assegure o atendimento das necessidades básicas dos alunos, pautada em cuidados e afetos. A afetividade nesse sentido deve ser considerada como fator que contribuiu sobremaneira para a formação integral das pessoas, pois está intimamente relacionada à responsabilidade, sinceridade, amor, cuidado, amizade, solidariedade, atenção e companheirismo.

Quadro: Tocantins UFT

PERIÓDICO	Artigo	Autores	Vol. nº ano	Objetivo do artigo	Conclusões (síntese)
-----------	--------	---------	-------------	--------------------	----------------------

Revista Observatório	Acessibilidade comunicacional na educação: a experiência do núcleo de tecnologia assistiva do IFAM na adaptação de materiais didáticos e paradidáticos	SOUZA, Dalmir Pacheco: BATISTA, Claudenilson Pereira: EVANGELISTA, Yani Saionara Pinheiro.	Vol. 4, nº 3, 2018	Contribuir com a discussão acerca do tema inclusão, aqui exposto de forma tácita, bem como de nossas experiências na formação continuada de professores em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, esta produção versa sobre a produção de materiais didáticos adaptados em Libras, áudio e audiodescrição, por meio do Núcleo de Tecnologia Assistiva do Instituto Federal do Amazonas (APOEMA/IFAM).	O acesso aos conteúdos escolares por parte dos educandos com deficiência, mais que um direito, pode ser concebido como uma questão de cidadania. A acessibilidade e materiais adaptados, são alguns dos instrumentos que servem como catalizadores para promoção de um universo mais amplo, que é a inclusão. Esta por sua vez, não tem um fim em si mesma, e sim, um processo contínuo, que deve ser perseguido por todos: governo e governados.
	Tecnologia assistiva para inclusão laboral: o que o internet tem a oferecer?	RODRIGUES, Graciela Fagundes: COUTINHO, Kátia Soares.	Vol. 4, nº 3, 2018	Apresentar alguns exemplos de websites brasileiros a respeito da TA, caracterizando os resultados a partir da especialidade que a área se dedica, como por exemplo, deficiências sensoriais, transportes, comunicação, atividades da vida diária, entre outras.	O que precisam ser olhadas e analisadas são as práticas educativas no âmbito da inclusão de trabalhadores com deficiência. Práticas essas que não captam outras formas de aprender, de qualificar tanto os processos inclusivos como o próprio profissional de RH e que estão candentes na sociedade atual que são, dentre outras, a utilização das tecnologias no ambiente laboral para auxiliar os processos inclusivos.
	A tecnologia assistiva cães-guia no Brasil: uma	SOUZA, Magali Dias: FERREIRA, Luiz Alberto.	Vol. 4, nº 3, 2018	Propõe apresentar a política pública brasileira quanto à	Ao compreendermos que a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e

	ação do programa Viver sem Limites			implantação da Tecnologia Assistiva Cães-guia.	Tecnológica tem como prerrogativas o ensino, a pesquisa e a extensão que atendam as demandas sociais e tenham um aspecto inovador à TA Cães-guia, tanto no que diz respeito ao modo como constituíram esse curso de especialização e as modificações propostas a partir dessa análise, quanto de pesquisas relacionadas às famílias socializadoras, a alimentação canina, ao comportamento animal e ao desenvolvimento dessa tecnologia assistiva. Esperamos que os Centros de Formação de Treinador e Instrutor de Cães-guias sigam oferecendo ensino público, de qualidade referenciada e comprometido com a sociedade, através da formação de profissionais qualificados e aptos a exercer o ofício de Treinador e Instrutor, para que mais pessoas acessem a TA Cães-guia.
	Acessibilidade comunicacional na educação: a experiência de tecnologia assistiva IFAM	SOUZA, Dalmir Pacheco: BATISTA, Claudenilson Pereira: EVANGELISTA, Yani Saionara Pinheiro.	Vol. 4, nº 3, 2018	Contribuir com a discussão acerca do tema inclusão, aqui exposto de forma tácita, bem como de nossas experiências na formação continuada de professores em Educação	Esta produção científica, é o resultado de um esforço coletivo entre educandos, pesquisadores e docentes, empenhados em contribuir com a democratização de nossa educação. Certamente que novas ideias podem emergir,

				Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.	mas parafraseando Martinho Lutero, ninguém está proibido de fazer melhor que conseguimos alcançar. Logo, esperamos que este estudo, inspire outros pesquisadores a trilhar os caminhos humanizados da educação especial e respeito à diversidade. Adaptar para incluir, é a missão do Núcleo de Tecnologia Assistiva APOEMA/IFAM, levando em consideração sua identidade amazônica, diversa, plural, poliétnica e singular.
RELPE: Revista Leituras em Pedagogia e Educação	Educação inclusiva e o papel da escola no ensino-aprendizagem.	CARDOSO, Elton Junior da Silva: COSTA, Elizandra Cavalcante.	Vol. 1, n.º 1, 2015	Sem objetivos	Portanto, não podemos esquecer que a sociedade vive em um processo de mudança frequente, seja esse processo, político, social, pedagógico ou histórico é, portanto, lento. Embora cientes das dificuldades encontradas no caminho, não devemos deixar de desenvolver práticas e métodos que favoreçam o princípio da Educação Inclusiva, motivando todos os indivíduos a aderirem a este processo, contribuindo com as práticas dos docentes para a obtenção de uma atitude inclusiva, bem como a democratização do ensino, proporcionando assim o respeito e a igualdade entre os indivíduos

					tanto em ambientes escolares como fora deles.
Revista Porto das Letras	A importância da história dos surdos para o avanço da educação	MAIA, Maria Inez Souza.	Vol. 03, Nº 01. 2017	Apresentar um panorama sobre a educação de surdos, analisando o contexto histórico e social, desde a antiguidade até os dias atuais.	A educação de surdos, em língua de sinais, deve ser baseada na diferença surda, de forma a promover autonomia e independência dos surdos, a construírem um melhor presente, na perspectiva de uma vida cada vez melhor no futuro, em todos os setores da vida. Hoje, nós surdos contamos com uma vasta legislação que nos ampara. Para avançarmos na educação de surdos, devemos preservar a história de lutas e vitórias. Cientes da nossa história, conseguiremos manter o que deu certo e evitar práticas que fracassaram. Todos temos a responsabilidade de mudar essa realidade olhando para o passado, usando os frutos gerados no presente e plantando uma educação eficaz para o futuro. Não podemos deixar para amanhã. Essa mudança deve ser feita hoje.
Revista Produção Acadêmica	Educação especial e o ensino de geografia na associação de apoio à escola Dom Pedro II em Porto Nacional - TO	SANTOS, Roberto Souza.	Vol. 4, nº 1, 2018	Levantar uma discussão teórica empírica sobre o ensino de Geografia na Associação de Apoio à Escola Dom Pedro II da rede	É fundamental que estes professores sejam capacitados, que sejam capazes de identificar as suas dificuldades perante a aprendizagem dos alunos. É necessário que lidem com

				pública de Porto nacional – TO.	metodologias diferenciadas que cativem os alunos para que os mesmos possam permanecer na escola, e que tenham métodos didáticos adequados para desenvolver seu trabalho.
--	--	--	--	------------------------------------	---